

NEIDE ESTERCI

O MITO DA DEMOCRACIA NO PAÍS DAS BANDEIRAS:
ANÁLISE DOS DISCURSOS SOBRE COLONIZAÇÃO E
MIGRAÇÃO NO ESTADO NOVO.

Trabalho apresentado como conclusão
do Curso de Mestrado em Antropologia
Social, ministrado pelo Departamento
de Antropologia do Museu Nacional -
U.F.R.J.

Rio de Janeiro - 1972.

T
150

CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS
BIBLIOTECA

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade do Rio de Janeiro, aos quais devo minha formação; aos Professores Shelton H. Davis e Roberto Da Matta, pelas valiosas sugestões; ao Professor Roberto Cardoso de Oliveira, que me introduziu à Antropologia Social; aos meus alunos Anibal Gouvea e José Ricardo Ramalho, que discutiram comigo uma parte do trabalho; à minha amiga Maria Inês Rolim, que fez a revisão do texto.

Especialmente agradeço à minha orientadora Francisca Isabel S. Vieira, que pacientemente corrigiu minhas falhas.

Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior e ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

Finalmente, quero agradecer aos meus atenciosos informantes de Ceres.

Í N D I C E

Introdução	1
Cap. I - Considerações sobre Teoria e Método de Análise	5
1. Mensagens ideológicas	5
2. As narrativas míticas segundo a concepção de Malinowski, Leach e Lévi-Strauss	9
3. Definição do objeto de estudo deste trabalho em vista das proposições dos autores citados	15
Cap. II - As Transformações Ocorridas a Partir de 1930	18
1. Considerações preliminares.	18
2. Estado Novo: estado de compromisso.	21
Cap. III - Política de Colonização e Imigração com Ênfase nas Representações dos Ideólogos do Estado Novo.	33
1. Definição e histórico	33
2. Imigração e Colonização no discurso dos ideólogos do Estado Novo.	37
Cap. IV - Marcha para Oeste: Semantização da Mudança Social	55
1. O "myth maker" e o presidente	55
2. A Bandeira e o Estado Novo.	56
Cap. V - CANG: A "Terra da Promissão"	86
1. A resposta do poder central à questão agrária.	86
2. "A colonização se faz, a estrada o homem é quem faz"	90
3. Afinal, a colonização se fez.	103
Conclusão.	113
Bibliografia	117

INTRODUÇÃO

As questões abordadas neste trabalho foram colocadas a partir de uma preocupação inicial com o papel desempenhado pelo Estado na ocupação e aproveitamento econômico do Vale do São Patrício, no Mato Grosso de Goiás.¹

O sul do Estado tinha sido ocupado, no século XVIII, por mineradores e garimpeiros que fundaram ali as primeiras cidades. Com o colapso da mineração, no princípio do século XIX, os criadores de gado passaram a ocupar enormes extensões de terra, sem todavia, povoarem, efetivamente, a região. Na verdade, a população das cidades como Jaraguá e Uruana entrou em retrocesso, e a parte do vale coberta pela Mata do São Patrício continuou inexplorada.

No entanto, a partir da Revolução de 1930 algumas transformações importantes ocorreram em Goiás: foi colocado na interventoria do estado Pedro Ludovico, tradicional opositor

1. O Mato Grosso de Goiás é, segundo classificação do IBGE, a zona fisiográfica que fica a sudoeste do estado. Aí estão localizados alguns importantes municípios: Goiânia, Anápolis, Ceres, Jaraguá, etc. O vale do São Patrício fica às margens do rio das Almas, sendo banhado por seus afluentes. Foi uma das áreas do Brasil Central escolhidas para estudo mais intensivo por parte dos membros da equipe de pesquisadores do "Projeto de Estudo comparativo do desenvolvimento regional", dirigido pelos professores Dr. Roberto Cardoso de Oliveira e Dr. David Maybury-Lewis.

dos Caiado, até então detentores do poder político; em 1935, a Estrada de Ferro Goiás, partindo de Minas, chegou à cidade de Anápolis; no mesmo ano, iniciou-se a construção da nova capital, Goiânia, que veio substituir Goiás Velho, antigo reduto político dos Caiado; em 1941, iniciou-se o desmatamento do vale para instalação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), e começou-se a construção de uma estrada ligando a Colônia a Anápolis; a abertura de estradas e a criação da Colônia provocaram intenso surto migratório, fazendo crescer, rapidamente, não só a população, mas também o valor das terras e a safra do principal produto agrícola do estado - o arroz.

Para se ter uma idéia do que foi esse surto migratório basta citar que, em 1940, Uruana tinha apenas 30 casas; e em 1946 este número tinha aumentado para 680; em 1940, a população total do município de Jaraguá era de 24.000 hab. e, em 1945, já havia passado para 35.000; em 1946, 1.600 famílias já haviam sido localizadas nas terras recentemente desmatadas para instalação da Colônia, e outras famílias continuavam a chegar, numa média de 30 por dia.²

Todas estas transformações estavam vinculadas diretamente à ação do governo central da União, razão pela qual um exame da política do governo em relação ao Brasil Central é necessário para explicar o surto de desenvolvimento que ali se processou.

2. Waibel, Leo - "Uma viagem de reconhecimento ao sul de Goiás", in Capítulos de geografia tropical e do Brasil, Rio de Janeiro, IBGE, 1959, cap. 7.

Este trabalho se restringe à Política de Imigração e Colonização. Neste setor, a criação da CANG não foi um caso isolado, mas sim parte de um amplo programa que, a partir de 1941, criou outras cinco colônias agrícolas no Amazonas, Pará, Maranhão, Mato Grosso e Paraná. A criação destas colônias, por sua vez, estava vinculada a uma intensa campanha de imigração para o interior do País. Esta campanha, denominada "Marcha para Oeste", foi lançada em 1938, durante o período de vigência do Estado Novo, dentro do qual também se efetivou a criação das referidas colônias. Marcha
o Oeste

Conforme definição do decreto-lei nº 3059, de 14 de fevereiro de 1941, as colônias agrícolas "destinadas a receber e fixar, como proprietários rurais, cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres que revelem aptidão para os trabalhos agrícolas e, excepcionalmente, agricultores qualificados estrangeiros."³

A "Marcha para Oeste" foi tema de discussões, objeto de dissertação de ideólogos do governo, discursos presidenciais, título de uma obra literária de ampla repercussão⁴ e, finalmente, lema do Estado Novo.

O objetivo principal deste trabalho é fazer uma análise da Colonização e Imigração conforme a representação dos ideólogos do Estado Novo, tendo em vista a apreensão dos valores e símbolos contidos em suas formulações. objetivo

Demoro, Luis - Coordenação das leis de imigração e colonização, Rio de Janeiro, Departamento de Estudos e Planejamentos, Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), 1960, p. 204.

Refiro-me ao livro Marcha para oeste - A influência da Bandeira na formação social e política do Brasil, Rio de Janeiro, José Olímpio Ed., Col. Documentos Brasileiros, 1940.

Esta análise me dará oportunidade de experimentar a eficácia explicativa de algumas teorias e proposições metodológicas da antropologia estrutural quando aplicadas a discursos de sociedades complexas.

Além da análise dos textos em termos de sua estrutura interna, procurarei relacioná-los com o momento histórico em que eles apareceram e com a efetivação da política de colonização e imigração.

Serão analisados os artigos publicados pela revista Novas Diretrizes,⁵ uma conferência pronunciada pelo presidente da comissão para seleção de imigrantes estrangeiros, alguns textos legais, o livro intitulado Marcha para Oeste, um discurso presidencial.

A ação efetiva da política de Colonização e Imigração será examinada através do caso específico da Colônia Agrícola Nacional de Goiás, anteriormente referida.⁶

5. Esta revista, dirigida por Azevedo Amaral, começou a ser publicada em 1938, um ano depois da instalação do Estado Novo. Os artigos publicados, diretamente relacionados ao tema em questão, serão analisados no capítulo III, onde se encontram outras informações sobre a revista, assim como os motivos que me levaram a escolhê-la para análise.

6. Durante os meses de janeiro e fevereiro de 1970, estive durante 45 dias no município de Ceres que se formou nas terras da antiga colônia. Na ocasião entrei em contato com ex-colonos e pessoas ligadas à administração da colônia nos anos que se seguiram à sua criação. Obtive, então, informações sobre a história e os principais problemas ligados à sua instalação, administração e emancipação.

CAPÍTULO I

CONSIDERAÇÕES SOBRE TEORIA E MÉTODO DE ANÁLISE

1. Mensagens Ideológicas

As transformações ocorridas em Goiás a que me referi na Introdução estão diretamente relacionadas a transformações mais ou menos profundas que ocorreram ao nível nacional no mesmo período.

Como veremos, a política de Imigração e Colonização está profundamente relacionada com as mudanças ocorridas ao nível político. Essas mudanças se manifestam, sobretudo, por alterações nos quadros políticos que ocupavam o poder anteriormente e por modificações nas instituições políticas vigentes, pelas quais se fazia a atribuição e distribuição da soma de poder, capacidade de tomar decisões e ocupar cargos políticos.

Considerando que não foi uma transformação do tipo que leva uma nova classe ao poder, destituindo a anterior de seu status dominante,¹ é preferível falar-se em disputas e alianças de facções,² em virtude de interesses momentaneamente con-

1. Este ponto será esclarecido no capítulo II.

2. Uma facção tem caráter mais contingente que uma classe, pois forma uma unidade - segmento da classe - que se opõe

facções por oposição a classes.

flitantes. Estas facções argumentavam entre si sobre possíveis soluções para as questões em torno das quais o antagonismo se concentrava. Os termos dessa argumentação são muito importantes, porque no momento em que ela se torna pública adquire o caráter de disputa entre "teorias sociais" através das quais cada facção está, em parte, procurando obter a adesão dos membros da sociedade, o que é uma forma de legitimar o status que procura ou já tenha logrado ocupar pela manipulação dos instrumentos disponíveis: amparo militar, intriga política, forças econômicas, pressões ou corrupção de qualquer ordem, simultânea ou alternativamente.³ Mas, a argumentação pode ser vista como um processo de legitimação num outro sentido: pela reinterpretação dos princípios da "teoria social" dominante, cada facção procura minimizar as contradições engendradas pelas suas ações e reivindicações atuais.

Essa argumentação pode se expressar sob a forma de literatura apologética, estatutos legais, falas públicas ou outros meios quaisquer de propaganda e divulgação. Poder-se-ia distinguir entre essas formas de expressão, a propaganda e

a outras unidades do mesmo tipo em virtude de interesses momentaneamente opostos ou divergentes. A oposição ou divergência não põe em risco o caráter mais global do interesse geral da classe ou classes a que pertencem as facções.

3. No primeiro sentido, legitimação é um conceito essencialmente funcionalista. Implica na idéia de que nenhum grupo se mantém por muito tempo no poder se não logra obter algum grau de concordância em torno das prerrogativas que assume. A legitimação a que me refiro neste trabalho é do segundo tipo.

as mensagens ideológicas propriamente ditas. Esta distinção é feita por Eliseo Veron,⁴ e penso ser útil para uma primeira classificação do material: mensagens ideológicas são aquelas formas de discurso que, sob a aparência manifesta de uma função informativa (relato de um fato ocorrido, por exemplo), veiculam uma proposição normativa (uma certa representação e valorização de ações e situações); a propaganda assume manifestamente a função normativa que desempenha ("Vote em Antônio Ribas", por exemplo). Este trabalho lida com formulações do primeiro tipo.

propaganda
x
mensagens
ideológicas.

Por outro lado, mensagens ideológicas variam de acordo com a forma de discurso empregada (narrativa, poética etc.), de acordo com o idioma utilizado (político, racial, geográfico-co-espacial, religioso, genealógico etc.), em função da eficácia da comunicação, dado o contexto sócio-cultural dos emissores e receptores; variam também em função dos fatos ou situações a que se referem e à representação que deles fazem os emissores (conteúdo). Evidentemente, numa mensagem qualquer pode dar-se uma combinação de formas, idiomas e situações referidas.

De qualquer modo, as mensagens ideológicas fazem largo uso de um tipo de argumentação que requer dos receptores uma adesão muito mais próxima da "fé" do que da razão crítica. Leach assim se refere à adesão dos receptores da mensagem religiosa: "A não-racionalidade do mito é a sua própria essência, pois a religião requer uma demonstração de fé pela sus-

adesão
emocional

4. Veron, Eliseo - Lenguaje y comunicación social, Buenos Aires, Nueva Vision, 1969, p. 142.

pensão da dúvida crítica".⁵ A argumentação racional e crítica é essencialmente característica do discurso científico, colocado neste sentido como tipo polar oposto ao discurso ideológico.

Mas, se, falando em mensagens ideológicas, me refiro a uma afirmação de Leach com relação à adesão aos mitos, estou fazendo, a priori, uma associação entre discurso ideológico e discurso mítico. É preciso, portanto, esclarecer esta posição: para mim, o discurso mítico é um modo particular de expressão ideológica que, embora sendo mais característico das sociedades chamadas "frias" por Lévi-Strauss, pode também ser encontrado como aspecto do discurso ideológico das chamadas sociedades "quentes".⁶ As características que me permitem fazer a associação serão explicitadas no decorrer deste capítulo e na análise dos textos.

discurso
ideológico
x
discurso
mítico

5. Leach, E.R. - Genesis as myth and other essays, London, Cape Editions, 1967, p. 7.
6. Lévi-Strauss, Claude - "Aula inaugural", in O Estruturalismo de Lévi-Strauss - Lima, Luiz Costa ed. - Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1968, p. 73.

"Embora situadas na história, essas sociedades parecem ter elaborado, ou conservado, uma sabedoria particular, que as incita a resistir desesperadamente a toda modificação de sua estrutura, que permitiria a história irromper em seu seio...

"..., essas sociedades que poderiam ser chamadas "frias", porque seu meio interno é próximo ao zero da temperatura histórica, se distinguindo por seu efetivo restrito e seu modo de funcionamento, das sociedades "quentes", aparecidas em diversas partes do mundo em seguida à revolução Neolítica..."

2. As narrativas míticas segundo a concepção de Malinowski, Leach e Lévi-Strauss.

É preciso retomar algumas concepções acerca do discurso mítico e algumas proposições sobre o método de análise que têm sido veiculadas e verificar depois qual a adequação desses conceitos e métodos ao tratamento dos dados em questão. Os autores referidos guardam entre si divergências às vezes profundas, que aparecerão no decorrer da exposição, mas espero que ao final ajudem na construção do objeto de estudo deste trabalho.

Começemos pela concepção de mito na abordagem funcionalista de Malinowski.⁷ Para bem entender as proposições de Malinowski é bom ter em mente as premissas básicas do funcionalismo: a) a sociedade é um sistema; b) que tende para o equilíbrio; c) logo, todas as partes desse sistema têm de ser compreendidas em relação ao todo; d) e cada uma delas concorre para o equilíbrio do sistema desempenhando uma função (ou funções) necessária.

Ora, as narrativas de uma sociedade, que passam de uma geração para outra, que são contadas nas cerimônias, nas escolas etc., têm sua função, embora nem todas as narrativas pertençam a um mesmo tipo, nem desempenhem a mesma função. A partir das observações feitas entre os Melanésios, Malinowski distinguiu "... uma classe especial de estória, considerada sagrada, incorporada ao ritual, moral e organização social

7. Malinowski, B. - Magic, science and religion, New York, Doubleday and Company, 1954.

e que forma uma parte ativa na cultura primitiva. Estas histórias não vivem por um interesse ocioso, nem como ficções ou narrativas verdadeiras; mas são para os nativos a afirmação da realidade primeira pela qual a vida, fatos e atividades da espécie humana são determinados, e o conhecimento deles fornece ao homem a razão das ações rituais, e as indicações de como realizá-las".⁸

A este tipo de narrativa Malinowski chamou mito e acrescentou que sempre aparece quando um ritual, uma cerimônia ou uma regra social ou moral requer justificação, garantia de antiguidade, realidade ou santidade. O mito, segundo Malinowski, não é visto como meramente informativo, mas como uma garantia e um guia para as atividades a que se refere. Cumprindo, portanto, a função de codificar crenças, regras e práticas de uma sociedade e garantir a continuidade delas. Mas, se se configura uma situação de anomalia (quebra de um princípio moral, irregularidades na ordem de status etc.), surgem novas formulações mitológicas que visam a restabelecer o equilíbrio, escondendo ou minimizando as inconsistências, justificando as mudanças de status etc., sempre através de relatos referentes ao passado.

o mito p
Malinowski

Finalmente, para Malinowski, o mito é expressão direta e não simbólica (cache), do tema a que se refere.

Quanto à concepção de Leach, podemos considerar que ela passou por uma evolução: a primeira fase, representada pelo uso que ele faz do conceito em 1954, num estudo sobre sis

8. Id., p. 108.

temas políticos da Birmânia; uma fase mais recente, na qual aparece a preocupação de discutir e aplicar as proposições de Lévi-Strauss.

Em Political Systems of Highland Burma,⁹ Leach critica as teorias do equilíbrio de um modo geral: qualquer suposição de equilíbrio dos sistemas, na prática, é uma ficção. Equilíbrio pode existir nos sistemas enquanto "teorias" sociais, mas mesmo assim as categorias através das quais se expressam são de tal modo ambíguas que interpretações divergentes e manipulações são sempre possíveis. Leach se propõe a estudar a instabilidade e a mudança social.

Com relação aos mitos abre novas e importantes perspectivas. É verdade que para ele, como para Malinowski, o mito continua sendo um modo de fazer afirmações sobre relações sociais através do relato de fatos passados, e o tema ao qual se refere continua sendo pensado como plenamente manifesto. Mas propõe:

- a) um alargamento da concepção de passado ao qual se refere o mito: não somente um passado longínquo, sacralizado na memória social, mas um passado recente, imediatamente ligado a situações atuais;
- b) que não se tenha como necessário que os mitos de um povo sejam mutuamente consistentes, mas que haja sempre um número de versões contraditórias e inconsistentes através das quais diferentes indivíduos, grupos sociais e facções políticas procuram validar status e pretensões;

9. Leach, E.R. - Political systems of Highland Burma; a study of Kachin social structure, Boston, Beacon Press, 1968.

c) que não se pense nos mitos como se pensa na história, procurando saber qual a versão mais correta: as contradições revelam desintegração e conflitos que as teorias funcionalistas obscureciam. O fato de haver um certo número de histórias que se referem mais ou menos ao mesmo tema, fazendo uso de um idioma e um conjunto de caracteres simbólicos, não revela, por si, nenhuma integração.

Leach está interessado nos mitos como linguagem de controvérsia e argumentação, relacionados com o conflito e a mudança social e não com a integração.

Nos seus trabalhos mais recentes, conserva, em parte, a mesma linha de investigações: mitos como instrumentos de validação de status e ações; ligados a mudança social e conflito entre grupos sociais; referentes não só a um passado longínquo, mas também a fatos recentes e situações atuais.

Entretanto, uma diferença fundamental se faz com relação à concepção da linguagem mítica: não mais considera que o tema ao qual se refere a narrativa possa ser captado ao ní-vel manifesto, mas sim no plano profundo do arranjo estrutural dos elementos do discurso. Acontece que a linguagem mítica é essencialmente simbólica e, para captar-se a mensagem veiculada, o que importa não é o conteúdo aparente da história, mas as relações estabelecidas. O mito lida com uma contradição real, não admitida explicitamente, mas com relação à qual opera como mediador: através de uma construção que é quase um sofisma, o mito provê um instrumento lógico de minimização, em termos ideais, do conflito real.

Para ficar mais claro é bom citar como exemplo a aná-

lise que Leach faz do texto bíblico que versa sobre a sucessão de Salomão ao trono de Israel.¹⁰ Segundo o Velho Testamento, os judeus receberam de Deus o direito político à terra da Palestina e este é o fundamento da endogamia judaica. Entretanto, por uma tradição "menos idealizada", a população primitiva da Palestina é fruto do cruzamento de vários povos que os judeus acabaram por dominar politicamente e com os quais se casaram frequentemente. "Por um lado, a prática da endogamia sectária é essencial à manutenção da pureza da fé, por outro lado casamentos exogâmicos podem ser politicamente eficazes para a manutenção das relações pacíficas com vizinhos hostis. ... Num sentido formal, os textos bíblicos afirmam consistentemente a retidão da endogamia e a pecaminosidade da exogamia..."¹¹ No entanto, através da repetição de histórias sobre temas variados, a contradição é sempre retomada pela discussão sobre legitimidade das relações sexuais e sobre a definição do status de estrangeiro. Segundo Leach, histórias, provendo "soluções" parciais, afastam da consciência imediata o paradoxo fundamental.

A demonstração de Leach implica uma complexidade muito maior do que este breve comentário pode fazer crer, mas eu queria reter esta idéia do mito como instrumento lógico de mediação de contradições.

As proposições de Lévi-Strauss estão, em parte, contidas no que foi dito a respeito de Leach. Penso que o impor-

10. Leach, E.R. - "The legitimacy of Solomon", in Genesis as myth and other essays, London, Cape Edition, 1969.

11. Id., p. 39.

tante é esclarecer a posição do autor sobre a adequação do método estrutural à análise de materiais procedentes de sociedades que não as primitivas, às quais ele teima em restringir seus estudos. Deixaremos de lado as questões ideológicas que fazem Lévi-Strauss confessar-se um incompatibilizado com o seu tempo e apologista das sociedades primitivas...¹²

Lévi-Strauss não nega a existência do pensamento mítico nas nossas sociedades. Pelo contrário, admite que essa forma de pensamento se manifesta na nossa concepção da história, nas artes e mesmo no discurso científico. Por exemplo, com relação à história, admite que "...para explicar a nós mesmos a nossa história, para fabricá-la, procedemos como os grandes mitos. O fato histórico participa da natureza do mito..." O historiador "...vai agir em três etapas, vai eliminar certas coisas, conservar outras para construir sua história, que será diferente da de seu confrade, porque cada um seleciona diferentemente seu trabalho. E agindo assim, o historiador constrói à maneira do mito, e é obrigado a fazê-lo senão ele nada poderia relatar e sobretudo, nada explicar". Mas o pensamento mítico se manifesta principalmente nas artes: "A arte, como o mito, responde a uma necessidade de coerência e consiste em construir objetos por meio de uma combinação de cores e de formas, ou de contornos melódicos e de ritmos." Assim, a música, como o mito, se desenrola no tempo, mas, "...procura desmentir o tempo, apresentando-se como uma tota

12. Lévi-Strauss, C. - "Valemos nós mais que os selvagens?" in Mito e linguagem social, Rio, Tempo Brasileiro, 1970.

lidade fechada sobre si mesma."¹³

A objeção de Lévi-Strauss quanto à aplicação do método ao estudo de materiais de nossas sociedades se baseia no fato de que enquanto a produção mitológica das sociedades primitivas está organizada em termos de estruturas descontínuas construídas por oposições radicais, e o "...método não faria outra coisa que refletir a estrutura de seu objeto",¹⁴ nas sociedades industriais, "históricas", a conceitualização da realidade se faz "em termos quantitativos, contínuos..."¹⁵ A "resistência" de Lévi-Strauss não é partilhada por alguns de seus seguidores: Leach, com a análise dos textos bíblicos; Veron, com a análise da semantização da violência política, e Roberto Da Matta, com a análise do conto O Gato Preto, de Edgar Allan Poe, são exemplos que me ocorrem de aplicações interessantes do método estrutural fora do contexto das sociedades primitivas.

Portanto, é bom pensar as considerações de Lévi-Strauss como advertências e tentar na prática as possibilidades do método.

3. Definição do objeto de estudo deste trabalho em vista das proposições dos autores citados.

O livro Marcha para Oeste e o discurso de Vargas, textos que serão analisados mais detalhadamente, podem ser toma

13. Id., ib.

14. Veron, Eliseo - ob. cit., p. 21.

15. Id., p. 22.

dos sob vários aspectos. Eu os tomarei sob o aspecto mítico, considerando mito uma forma particular de expressão ideológica através da qual a mensagem pretendida pode ser eficazmente veiculada e cujas características podem ser assim formuladas: o discurso mítico segue um padrão estrutural segundo o qual categorias são discriminadas em pares de oposição; entre essas categorias polares se estabelecem pontes de ligação através de categorias intermediárias que, incluindo atributos das outras duas, funcionam como "mediações" entre elas; em geral, estas categorias não são diretamente tomadas ao tema principal do mito, mas são representações simbólicas, e portanto o tema não é imediatamente dado, mas tem que ser captado através de análise; no entanto, a mensagem é transmitida aos receptores através de um outro recurso amplamente utilizado — a repetição de um padrão de relações expressas por meio de relatos de conteúdos diversos; o discurso mítico assume uma forma narrativa que se desenrola no tempo, mas o mito é justamente um instrumento de liquidação do tempo, porque sua função é tornar o passado um modelo de ações e relações atuais; finalmente, o mito se refere a uma contradição real não manifesta.

A conferência de Arthur Neiva, os artigos da revista Novas Diretrizes, e os textos legais serão tomados principalmente como fontes de informação sobre a política de imigração e colonização. O que os distingue dos outros dois textos é que a forma narrativa não os caracteriza, embora estejam presentes aspectos estruturais e seja possível detectar, através da conferência e dos artigos, uma "história" da colo-

nização e imigração muito coerente com a que se verá construída nos outros dois textos.

O ideal seria, talvez, confrontar os discursos da facção governante com versões de facções contrárias. Mas, como naquele momento a Câmara e o Senado estavam com suas atividades suspensas e a imprensa estava sob rígido controle, era muito difícil obter publicações da oposição, principalmente sobre tema tão específico. Por isso optei por uma contextualização histórica.

Vejamos, portanto, como se caracteriza o momento em que se passam os fenômenos que estamos analisando.

CAPÍTULO II

AS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS A PARTIR DE 1930

1. Considerações preliminares

Várias tentativas de análise têm sido feitas por sociólogos, historiadores e cientistas políticos que, recentemente, retomaram o período, procurando, talvez, encontrar no que então se passou a gênese do processo posterior. Motivam-nos tanto preocupações de ordem prática e política quanto preocupações mais estritamente científicas.

A análise que servirá ao intuito de contextualização deste capítulo deve ser entendida como uma das interpretações possíveis, para que não a tomemos como "a verdadeira" ou "a científica" por oposição radical a interpretações "falsas" ou "ideológicas". Na verdade, entre discurso ideológico e discurso científico prefiro fazer uma distinção nada radical, uma vez que ambos estão referidos aos problemas de sua época, são mais ou menos determinados pelo envolvimento dos autores nas questões que se colocam, e os conceitos que empregam, ao cair no uso corrente, adquirem conotações. Apenas, no segundo, trata-se de definir os conceitos e suas relações do modo mais preciso possível, enquanto que a ambiguidade e a conotação caracterizam as categorias do discurso ideológico.

Entre o texto de Cassiano Ricardo, por exemplo, e o de Ruy Mauro Marini,¹ que será utilizado neste capítulo, existe a mesma diferença que Lévi-Strauss percebe entre pensamento científico moderno e pensamento mítico: o primeiro cria novos elementos, que são os conceitos teóricos, enquanto o segundo se utiliza de noções já prontas, construindo novos objetos pela recombinação de um repertório limitado; o primeiro procura explicar os acontecimentos através de estruturas (relação entre conceitos teóricos), preliminarmente construídas e explicitadas, enquanto o segundo visa, através de acontecimentos, a compor estruturas às quais submete o repertório de que dispõe.²

Embora tendo um comprometimento político-ideológico, Ruy Mauro Marini se situa dentro de uma corrente de investigações que trabalha intensivamente na construção e definição de conceitos teóricos como instrumentos de desvendamento da realidade social. Refiro-me à corrente marxista de interpretação da sociedade e da história.

Segundo essa corrente a sociedade é concebida como uma totalidade "constituída por 'níveis' ou 'instâncias', articuladas por uma determinação específica: a infraestrutura ou base econômica ('unidade' das forças produtivas e das relações de produção), e a superestrutura, que, por sua vez, comporta dois 'níveis' ou 'instâncias': o jurídico-político (o

1. Marini, Ruy Mauro - Subdesarrollo y revolución, México, Siglo Veintiuno Ed. SA, 1969.

2. Lévi-Strauss, Claude - La pensée sauvage, Paris, Plon, 1969, pp. 26-47.

direito e o Estado) e o ideológico (as diferentes ideologias: religiosa, moral, jurídica, política etc.)." Esta metáfora, através da qual a estrutura de toda sociedade é representada como um edifício, sugere "que os estágios superiores não poderiam 'manter-se' (no ar) por si mesmos, se não repousassem precisamente sobre a base."³

Nas formações sociais do tipo capitalista, o político organiza-se sob a forma de Estado. "O Estado é uma 'máquina' de repressão que permite às classes dominantes (...) assegurar sua dominação sobre a classe operária para submetê-la ao processo de extorsão da mais valia (ou seja, exploração capitalista)."⁴ Colocando-se, ilusoriamente, acima das classes sociais da sociedade, é, no entanto, "o aparelho repressivo do Estado", a serviço de uma classe (ou alianças ou frações de classe).⁵

As classes sociais são definidas como "grupos sociais antagônicos em que um se apropria do trabalho do outro por causa do lugar diferente que ocupam na estrutura econômica de um modo de produção determinado, lugar que está determinado fundamentalmente pela forma específica em que se relacionam com os meios de produção."⁶ Toda luta de classes gira em torno da manutenção ou tomada do poder do Estado e, conse-

3. Althusser, Louis - "Idéologie et Appareils idéologiques d'État", (notes pour une recherche), in La Pensée, juin, 1970, pp. 7-8.

4. Id., ib., p. 9.

5. Id., ib., pp. 11-12.

6. Harnecker, Marta - Los conceptos elementales del materialismo histórico, México, Siglo Veintiuno Editores, 1971, p. 168.

quentemente, da "utilização, pelas classes (ou aliança de classes, ou frações de classe) detentoras do poder do Estado, do aparelho de Estado em função de seus objetivos de classe;..."⁷

Esta exposição esquemática e parcial visa, apenas, a explicitar os fundamentos teóricos da análise de Marini, para que a possamos tomar dentro de seus próprios limites.

2. Estado Novo: estado de compromisso.

Embora não haja consenso entre as diversas análises, há um acordo geral em conceber 1930 como o marco de transformações substanciais na sociedade brasileira.

Ao nível econômico, pode-se dizer que a industrialização iniciada entre 1910 e 1920, quando a crise mundial de 1914 favoreceu o início do processo de substituição de importações, recebeu um segundo impulso por ocasião da crise de 1929. Cresceram, portanto, as forças da burguesia industrial, da pequena burguesia e do proletariado, que passaram a pressionar a antiga oligarquia agrária. Esta não foi completamente alijada de sua posição dominante, mas perdeu o monopólio do poder que já não podia sustentar em virtude da crise que atravessou o café, base econômica de sua dominação.

No princípio, a burguesia industrial se uniu ao setor radical da pequena burguesia e ao proletariado, reivindicando reformas radicais por oposição à oligarquia agrária; pos-

7. Althusser, L. - ob. cit., p. 12.

teriormente, no entanto, se afirmou no poder (1937) através de um compromisso pelo qual rompeu suas alianças anteriores, renunciou às reformas radicais e se aliou à antiga oligarquia com a qual passou a dividir o poder político.⁸ Este compromisso se expressa na Constituição do Estado Novo, que colocou o poder nas mãos do Executivo: Vargas, que na Revolução de 1930 representava a burguesia e seus antigos aliados, passou a exercer o poder como ditador.

Anteriormente, em 1932, através da Revolta Paulista, a oligarquia agrária havia tentado restabelecer o seu poder sob a bandeira da reconstitucionalização: São Paulo, o estado mais rico da União, estaria sendo subordinado a um governo inconstitucional; cumpria promover-se a reconstitucionalização do País através da criação de uma constituição liberal.

Entretanto, a tentativa da oligarquia agrária de voltar ao monopólio político se frustrou definitivamente: a constituição de 1934, de caráter liberal, nem chegou a entrar plenamente em vigor, assim como não se realizaram as eleições previstas, em nível nacional, através das quais a oligarquia rural e a burguesia industrial entrariam legalmente em competição pelo poder.⁹

Se o compromisso se fez foi porque havia uma complementariedade de interesses entre as antigas oligarquias dominan

8. Marini, R.M. - ob. cit., p. 92 e sgs.

9. Hélio Silva relata muito bem as intrigas, idas e vindas dos candidatos à Presidência, na disputa do apoio de Vargas, que nenhum deles jamais logrou obter efetivamente. (Silva, Hélio - 1937 - Todos os Golpes se Parecem, Rio, Ed. Civilização Brasileira, 1970, pp. 293-355.

tes e a burguesia: primeiro porque os capitais evadidos da produção agrária se deslocavam com proveito para a industrialização; segundo, porque interessava à burguesia manter os ingressos do setor agrário (através da política de manutenção dos preços do café) já que este se constituía no foco essencial da demanda interna dos produtos da indústria,¹⁰ e também porque tal política, levando a uma desvalorização da moeda no âmbito internacional, funcionava como proteção aos produtos nacionais.

Ao nível ideológico, esta mudança na relação entre a burguesia, seus aliados de 1930 e a oligarquia anteriormente dominante, se expressou no fato de as reformas radicais, contestação do latifúndio por exemplo, fundamentais do programa da Aliança Liberal¹¹ terem saído completamente das cogita-

10. Marini, R.M. - ob. cit., p. 95.

11. A Aliança Liberal foi criada em agosto de 1929. Basicamente era constituída por oligarcas dissidentes de três Estados: Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Não havia, portanto, por parte de seus constituidores básicos, divergências ideológicas essenciais com relação ao grupo que ocupava o poder. Também não se pode dizer que, com relação à orientação econômica do País, esse grupo quisesse a industrialização, por oposição a uma corrente agriculturalista: em ambas as facções havia representantes das duas correntes.

Mas, o fato é que alguns de seus componentes mais jovens estavam dispostos a lançar mão das armas para chegar ao poder. Na sedimentação dessa tendência foi muito importante a articulação com os "tenentes" e o apoio que a aliança logrou obter por parte da pequena burguesia urbana. Os "tenentes" eram um grupo com certas peculiaridades importantes. Haviam tomado parte em vários movimentos na década de 20 e muitas vezes têm sido vistos como organizadores das "classes médias urbanas" (categoria am

ções do grupo que governou a partir de 1937. Estas reivindicações, que tinham tomado impulso na pequena burguesia por ocasião das derrotas dos paulistas em 1932, passaram a ser

pla que se refere a: "população civil urbana, que trabalha por conta própria ou que recebe salários por trabalho não manual, abrangendo os pequenos empresários e comerciantes, funcionários públicos, empregados no comércio, profissionais liberais..." - Fausto, Boris - A Revolução de 1930, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1970, p. 54.) Na verdade o que se pode dizer é que eles tinham prestígio entre estas e as camadas mais populares, sem que nunca tivessem com elas estabelecido vínculos mais próximos quanto aos objetivos que tinham em vista.

Do grupo dos "tenentes" se desvinculou, posteriormente, como veremos, um grupo radical que, em torno de Carlos Prestes, definiu-se pela esquerda.

Os "tenentes" podem ser sucintamente caracterizados por criticarem jurídico-politicamente as oligarquias, por exigirem uma maior centralização do poder, por uma tendência vagamente nacionalista, pelo caráter sempre "elitista" tanto de sua teoria sobre a organização social quanto de sua concepção do que seria a luta contra as oligarquias. Segundo o depoimento de um de seus membros, Suarez Távora, (Silva, Hélio - 1930 - A Revolução Traída, Rio, Ed. Civilização Brasileira, 1966, pp. 421-426.) o Exército deveria intervir para prevenir os excessos e salvaguardar as instituições republicanas. Dentro desta perspectiva o voto secreto e universal deveria ser substituído pelo voto de uma elite eleitoral, desde que o povo "votasse". (Fausto, Boris - ob. cit., p. 66.)

As dissidências oligárquicas resultaram de um impasse surgido no momento de sucessão: até então Minas e São Paulo alternavam-se na Presidência ("política do café com leite"), mas em 29, Washington Luís não quis abrir mão do nome de Júlio Prestes, representante paulista, que foi vetado pelos mineiros. Nesse momento, o Rio Grande do Sul apoiou a Minas, que acabou apoiando a candidatura de Getúlio Vargas, e a ambos veio juntar-se o Estado da Pa-

acionadas apenas pelo setor esquerdista, inteiramente alijado do poder e cuja manifestação significativa derradeira foi a insurreição de 1935.¹²

12. A respeito da Revolta de 1935 é preciso dizer, em primeiro lugar, que não foi um movimento exclusivamente comunista. A liderança de Prestes deve ser entendida muito mais como decorrência do seu prestígio nos movimentos contestatórios desde a década de 20. Ele era o "Cavaleiro da Esperança" que, tendo tomado parte na Revolução de 1930, se negara a fazer parte do governo revolucionário por não concordar com seus princípios. Afastou-se da Revolução, ausentou-se do País e dedicou-se ao estudo do marxismo.

Apesar do grande contingente que a Aliança Libertadora Nacional chegou a agregar em suas fileiras, o movimento de 35 falhou inteiramente: houve uma superestima de suas forças e uma subestima das forças contrárias; foi precipitado tanto pela situação de miséria e descontentamento em certos Estados, quanto, intencionalmente pela ação de elementos infiltrados. Acabou sendo uma revolta praticamente restrita aos quartéis de Natal, Recife e Rio de Janeiro, facilmente sufocada pelas forças legalistas. Mesmo assim é importante na configuração da época, porque teve amplas repercussões no Exterior, nas Forças Armadas e mesmo no Congresso Nacional. Do exterior, Oswaldo Aranha, Embaixador do Brasil em Washington, escreveu reclamando de Getúlio Vargas providências no sentido de desfazer a imagem do Brasil repressor e arbitrário, com um governo sustentado por um aparato policial que torturava e cometia arbitrariedades, punindo qualquer forma de oposição. (Silva, Hélio - 1937 - Todos os Golpes se Parecem, cit., pp. 83-85) Internamente o movimento repercutiu fortemente nas Forças Armadas, cujos Ministros propuseram medidas drásticas e instrumentos legais eficientes; lançaram as sementes do Tribunal de Segurança Nacional e do Departamento de Imprensa e Propaganda. (Silva, H. - ob. cit., pp. 79-81) No Congresso, a representação policial levou um grupo de congressistas a organizar-se em favor dos presos políticos, na defesa das liber-

Esta insurreição, prematuramente eclodida, não chegou a conquistar os objetivos concretos a que visava na ordem social. Pelo contrário, talvez se possa dizer que foi um dos fatores que facilitaram e aceleraram o processo de radicalização da direita, inclusive servindo de justificativa para o estabelecimento do Estado Novo e para a ostensiva arregimentação integralista.¹³

dades populares e contra o movimento totalitarista de direita (integralista). Muitos desses congressistas foram presos ou tiveram cassados os seus mandatos. (Silva, H. - ob. cit., p. 175 e sgs.)

Por outro lado, apesar de não exclusivamente comunista, o movimento Aliancista surgiu no Brasil como decorrência da política do Comintern (ou da Internacional Comunista) de formar amplas frentes populares, mesmo heterogeneamente compostas, de oposição aos governos direitistas, tendo por bandeira a luta contra o imperialismo, o latifúndio, a miséria, o totalitarismo nazi-fascista. Segundo Hélio Silva, era muito menos um embuste do que uma tática julgada adequada para o momento, pois não se supunha que houvesse condições no Brasil, como em outros países, para a implantação imediata do comunismo.

13. Evidentemente um acontecimento de tanta repercussão como foi o de 35, é sempre potencialmente adequado para constituir-se em elemento de justificação para práticas políticas de quaisquer das facções que se defrontam. Embora fracassado, o movimento de 35 deixou no ar, por um lado, a ameaça, por outro lado a esperança de um ressurgimento. Os integralistas e o governo trataram de colocar-se a postos, organizando suas forças para combater o comunismo e para servir aos seus propósitos. Neste contexto é que se deu o episódio conhecido como o "caso do Plano Cohen", que só posteriormente ficou suficientemente esclarecido. No dia 30 de setembro de 1937, os jornais e a imprensa do Brasil divulgaram um plano de ação comunista atribuído ao Comintern. No mesmo dia foi pedido ao Congresso a decretação do Estado de Guerra pelo prazo de 90

Mas tanto o movimento de esquerda como o movimento integralista são importantes ao nível ideológico, porque muitos dos termos em que o poder central colocou as questões fundamentais se definem, implícita ou explicitamente, por oposição a uma ou a ambas as correntes que lhe contestavam os princípios organizatórios. Quero dizer que esses movimentos integram significativamente o campo ideológico de sua época: são por eles engendrados, ao mesmo tempo que definem muitas de suas características.

Uma das questões a que me refiro é, sem dúvida, a da propriedade rural. Seus termos polares foram, por um lado, a manutenção da propriedade agrária nas mãos de uma elite¹⁴ e,

dias. Afirmava-se que os fatos de 35 estavam prestes a ser repetidos. Justificava-se a solicitação pela descoberta do plano, no qual se ressaltava o aspecto terrorista com a previsão de morte para muitos membros do governo. O plano foi dado à divulgação pelo General Góis Monteiro. Entretanto, este oficial sabia muito bem da verdadeira origem do mesmo: ele era fruto de um trabalho dos integralistas, entre eles Mourão Filho, sobre o que seria a ação comunista. O General utilizou o plano forjado para pressionar a implantação do Estado de Guerra. Apesar dos protestos e das dúvidas levantadas sobre a autenticidade do plano, o decreto solicitado foi aprovado por maioria esmagadora em virtude da iminência de uma guerra civil. Concessões como esta, feitas seguidamente pelo Congresso ao Executivo, facilitaram a implantação do Estado Novo que logo deu logo a seguir.

14. "Nos países de restrita área territorial e onde os fatores geográficos e condições telúricas envolvem uma relativa igualdade econômica, a propriedade da terra toma a forma do parcelamento, da distribuição do solo em pequenas propriedades. Nas nações situadas em áreas extensas e nas quais as condições são propícias às grandes dife-

por outro lado, a redistribuição da terra através da criação de um regime de exploração baseado na pequena propriedade.¹⁵

A tese da pequena propriedade apareceu no discurso dos governantes e ideólogos do Estado, mas não ligada a uma reforma efetiva do regime de exploração da terra e sim à ocupação de novas áreas e, menos explicitamente, ao descongestionamento de áreas onde grassavam o desemprego e as tensões sociais que ameaçavam a ordem vigente (cidades e certas áreas agrícolas da faixa litorânea).¹⁶ Não se cogitava de um reta-

renças de nível econômico, o equilíbrio político do Estado depende igualmente da propriedade da terra por uma classe dirigente, que neste caso não pode ser como nos pequenos países a grande massa da população, mas uma elite restrita que governa, dirige e educa as massas e representa o núcleo da organização militar, necessariamente reclamado pelos imperativos de defesa e de afirmação internacional da nação." (Amaral, Azevedo - in Novas Diretrizes, julho de 1939, p. 5.)

15. Do programa básico, item III, da Aliança Nacional Libertadora, fundada em 1935, consta o seguinte: "Proteção aos pequenos e médios proprietários e lavradores; entrega das terras dos grandes proprietários aos camponeses e trabalhadores rurais que as cultivam, por considerarmos terem sido eles os que as valorizaram com seu trabalho e, portanto, são seus únicos e legítimos proprietários." (Silva, Hélio - 1935 - A Revolta Vermelha, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1969, p. 116.)

16. Ao fim de um relatório dirigido a Getúlio Vargas, sobre os acontecimentos de novembro de 1935, Filinto Muller, então chefe da Polícia Civil do Distrito Federal e peça importante no combate ao comunismo, fez algumas sugestões que se relacionam estreitamente com a política de imigração e colonização. Propunha que dentro da Constituição se tomassem algumas medidas "visando restringir os perigos que a situação apresenta." Entre outras medidas estão: a) "proteção ao trabalhador nacional"; "descon-

lhamento do latifúndio, mas sim de uma política de colonização e imigração que deslocasse a população desocupada e sem terra para o interior do País, onde havia terras devolutas.

Já no discurso dos grupos de esquerda fez-se um ataque acirrado ao latifúndio. A tese era que se protegessem os pequenos e médios proprietários e lavradores e se entregassem as terras dos grandes proprietários aos camponeses e trabalhadores rurais que as cultivavam. Os programas da esquerda colocavam enfaticamente trabalhadores nacionais e estrangeiros como igualmente explorados e legítimos reivindicadores de liberdades e direitos.

Ainda ao nível ideológico outra questão importante é a do nacionalismo. Na argumentação do grupo dominante com relação à política de colonização e imigração o nacionalismo assim se expressava: é preciso defender nossa identidade étnica, impedindo a introdução desregrada de elementos estrangeiros; é preciso apoiar os trabalhadores nacionais, dando-lhes acesso à terra e propiciando-lhes as vantagens assistenciais outrora propiciadas aos imigrantes estrangeiros.

Por seu turno, o setor esquerdista, com sua política de frente ampla, acionava também a ideologia nacionalista contra as grandes potências capitalistas ("imperialismo"). Mas, para eles, o nacionalismo era uma bandeira contingente, atra

gestionamento nos centros urbanos da massa de desocupados rumo ao interior, sob assistência e localização do Estado"; "organização de colônias de trabalho (no tipo sugerido pela Sociedade de Amigos de Alberto Torres ou nos moldes adotados pelo Serviço de Colonização dos Japoneses no Brasil.)" (Silva, H. - ob. cit., pp. 441-442.)

vés da qual visavam apenas a estabelecer, internamente, alianças julgadas necessárias a uma fase do processo revolucionário que pretendiam desencadear.

O que nos interessa, portanto, nestas colocações, é estabelecer: 1º - que se deu nesse período uma profunda transformação na sociedade brasileira, transformação esta que ao nível político se expressou por uma mudança radical na estrutura de poder: o monopólio político de uma classe (produtores e exportadores de café) foi substituído por um estado de compromisso entre esta mesma classe e a burguesia industrial. Essa transformação pode ser entendida como fortalecimento do Estado como órgão que deixou de ser predominante expressão política dos interesses particulares de um grupo e passou a ser expressão política de interesses sociais mais gerais, na medida mesmo em que a classe economicamente dominante (produtores e exportadores de café) passou a não deter sozinha o poder, mas teve de reparti-lo com uma classe ascensional (a burguesia industrial) que tinha interesses próprios e só conseguiu no compromisso em virtude de outros interesses, comuns às duas classes.¹⁷

Por outro lado, na nova correlação de forças, as massas proletárias urbanas passaram a desempenhar um papel importante: através de uma legislação trabalhista avançada e de uma rígida organização sindical, estas massas foram seduzidas e ao mesmo tempo controladas de modo a fornecer ao go-

17. Weffort, Francisco C. - "Estado e massas no Brasil", in Revista Civilização Brasileira, Ano I, nº 7, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1966.

verno uma base sólida de sustentação.¹⁸

Atendendo sempre que possível às reivindicações dessa classe operária, o chefe do governo cuidava de manter os limites de preservação dos interesses latifundiários e industriais, ao mesmo tempo que uma extensa propaganda construía a imagem de Vargas como mediador e "pai dos pobres".¹⁹

2º - Configurou-se, então, um campo ideológico dentro do qual as mesmas questões fundamentais foram discutidas por várias correntes políticas; entre estas, o problema da terra e o nacionalismo.

3º - Embora o processo de transformação tenha sua lógica de desenvolvimento explicável em termos nacionais, aparece em parte como repercussão do processo internacional (crise do capitalismo, pressão das forças de esquerda, ascensão

18. Alguns autores classificam de Bonapartismo o regime sob o qual Getúlio governou. "O Bonapartismo se coloca, nesta perspectiva como o recurso político de que se serve a burguesia para enfrentar seus adversários. Baseando-se nas massas populares urbanas, às quais seduz por uma fração populista e nacionalista, porém mais concretamente por suas tentativas de redistribuição da renda, ela tenta estabelecer um novo esquema de poder, no qual, mediante o apoio das classes médias e do proletariado e sem romper com o esquema de colaboração vigente, lhe seja possível sobrepor-se às antigas classes agrária e mercantil. Pelas implicações que tem nas relações econômicas com o centro imperialista hegemônico, êle tende a combinar-se com a busca de fórmulas capazes de promover o desenvolvimento capitalista autônomo do país." (Marini, R.M. - ob. cit., p. 15.)

19. Weffort, F.C. - ob. cit. Esta semantização do governo em termos de parentesco (o Presidente é o pai) aparece explícita no texto de Cassiano Ricardo analisado no IV capítulo.

de regimes totalitários de direita) e participa portanto deste campo ideológico mais amplo que se vê internamente refletido nas formulações sobre diferenças raciais, expansão territorial, defesa da soberania nacional, derrocada do liberalismo, como regime político, ascensão do nazi-fascismo e do comunismo.

4º - Finalmente, cumpre lembrar que, na medida em que nenhum poder se mantém sem que haja alguma base de legitimação, sem o que todo seu esforço teria que se concentrar na força para controlar as reações contrárias, uma ampla propaganda governamental teve que ser desenvolvida já que:

a) eleições, antiga base de legitimidade, não foram realizadas em todo período que vai de 30 a 45;

b) o Congresso, órgão de representação popular, foi dissolvido, e os Governadores de Estados foram substituídos por interventores;

c) um forte aparelho repressivo foi acionado para conter grupos que ameaçavam o poder central (restrição à liberdade de imprensa, Lei de Segurança Nacional).

É neste contexto que vamos ver discutida e aplicada a política de colonização e imigração cujos pontos fundamentais examinaremos nos próximos capítulos.

CAPÍTULO III

POLÍTICA DE COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO COM ÊNFASE NAS REPRESENTAÇÕES DOS IDEÓLOGOS DO ESTADO NOVO

1. Definição e histórico.

Utilizo a noção de colonização segundo a concepção de Caio Prado Jr.: "... um sistema de povoamento ... que consiste na formação de núcleos agrícolas de pequenas propriedades agrupadas e cedidas em condições vantajosas a modestos lavradores. Foi assim que, ainda no século XVIII, se povoou a ilha de Santa Catarina e uma parte do Rio Grande do Sul. Mais tarde, quando a corte portuguesa se transferiu para o Brasil, procedeu-se da mesma forma em diferentes regiões do Espírito Santo, do Rio de Janeiro e de São Paulo. Sob o Império, e depois, sob a República, continuou-se com o sistema."¹

O fato de o Brasil ter uma grande extensão territorial na qual uma população escassa se distribuiu de forma irregular, deixando enormes vazios ao lado de áreas densamente povoadas, fez com que o tema migração-colonização fosse sempre

1. Prado Jr., Caio - "Problemas de povoamento e divisão da propriedade rural". Conferência pronunciada sob os auspícios da Organização Regional do Trabalho (S.P.), em dezembro de 1946. In Evolução política do Brasil e outros estudos, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1963, p. 238.

discutido mais ou menos intensamente e com ênfases diversas em cada momento histórico. Ora o aspecto econômico, ora o político ou o social aparece como o mais relevante, embora, evidentemente, a questão tenha sido sempre a resultante de fatores múltiplos, e o fator econômico tenha sido sempre o determinante, em última instância, da orientação espacial das correntes migratórias internas, assim como das medidas de estímulo ou retração da política imigratória externa.

Durante muito tempo a política de imigração esteve necessariamente associada à colonização no sentido acima referido: visava-se ao povoamento de áreas vazias, em virtude da escassez e dispersão demográfica, e à ocupação de áreas de fronteiras em função da demarcação dos limites territoriais. Isto era feito através da criação de pequenas propriedades. A partir de meados do século XIX, no entanto, a imigração foi-se desvinculando cada vez mais da colonização. Com a interrupção do tráfico de escravos, em 1850, cafeicultores paulistas tomaram a iniciativa de obter mão-de-obra recrutando imigrantes estrangeiros que, localizados nas próprias fazendas, eram remunerados pelo regime de parceria. A princípio os resultados foram satisfatórios, mas com o tempo revelaram-se alguns inconvenientes: por um lado, os contratos eram fraudulentos ou não eram cumpridos, e os colonos, trabalhando ao lado dos escravos, eram tratados como estes; por outro lado, o recrutamento, feito sem cuidado, incluía inválidos e velhos. De qualquer modo, as condições em que ficavam os colonos acabaram por desencadear na Europa a primeira onda de restrições à emigração para o Brasil. Mas, já então, algumas

áreas mais antigas de plantação do café começaram a entrar em decadência, liberando mão-de-obra para as novas regiões do oeste paulista, e da economia decadente do nordeste do País também começaram a afluir os escravos.

O problema da mão-de-obra só voltou a aparecer depois de 1870, com a expansão acelerada da cultura cafeeira. Dessa vez o recrutamento de colonos foi promovido pelo poder público e regulado por lei, sob a forma de "imigração subvencionada" (com viagem paga pelo governo). Novamente, no entanto, as condições dos imigrantes foram objeto de contestação nos países de origem e novas restrições se fizeram por parte desses países.

Segundo Caio Prado, a política de colonização foi completamente abandonada a partir de 1885 e quando retomada, em 1905, não passava de um pretexto para fazer entrar contingentes de trabalhadores assalariados para as fazendas de café.²

Esta situação continuou até 1927, quando começou a diminuir a expansão do café e as imigrações foram deixando de interessar ao Brasil. Finalmente, "... depois de 1930, quando ocorre a grande crise de superprodução do café, adota-se com relação ao problema imigratório, uma política inversa, isto é, de restrições drásticas que perdurarão até nossos dias."³

De fato, pelo decreto nº 19482, de dezembro de 1930, o governo provisório que se seguiu à Revolução "Limita a entrada

2. Prado Jr.; Caio - "A Imigração Brasileira no Passado e no Futuro", ob. cit., p. 254.

3. Id., p. 254.

da, no território nacional, de passageiros estrangeiros de 3a. classe, dispõe sobre a localização e amparo de trabalhadores nacionais,..."⁴ Entre 1930 e 1937, os decretos se referem à instalação e emancipação de núcleos, ou organização de órgãos de colonização e imigração. Mas, em 1938, a questão do imigrante estrangeiro é mais diretamente colocada: cria-se o Conselho de Imigração e Colonização ao qual fica atribuída a competência de fixar uma cota de imigrantes para cada nacionalidade. Determinou-se que esta cota seria de 2% sobre o total de estrangeiros da mesma nacionalidade entrados no país no período de 1º de janeiro de 1884 a 31 de dezembro de 1931. Esta cota favorecia os portugueses que haviam entrado em grande número nesse período. Por outro lado, se estabelecia que o saldo resultante da diferença entre a cota real fixada para uma nacionalidade e a parte desta cota que tivesse sido realmente utilizada, poderia ser aproveitado por outras nacionalidades, desde que se tivesse sempre em vista "a necessidade de assegurar a integridade étnica social, econômica e moral da Nação."⁵

A problemática da imigração estrangeira foi, portanto, colocada em evidência num período em que, segundo Caio Prado, a imigração não interessava ao Brasil. O fato se explica pela situação no Leste europeu, que, com a implantação dos regimes nazifascistas e a conflagração posterior do conflito

4. Decreto nº 111 - Coordenação de Leis de Imigração e Colonização do Brasil, INIC - Departamento de Estudo e Planejamento, Rio de Janeiro, 1960, pp. 183-184.

5. *Id.*, p. 187.

internacional, levou os elementos contrários aos novos regimes ou interessados em escapar da guerra a procurar refúgio no continente americano. Muitos dos elementos que vieram para o Brasil não se estabeleceram na zona rural mas sim nos centros urbanos, como operários, profissionais liberais ou comerciantes. Esses elementos vieram aumentar a competição em torno de empregos e eram possíveis portadores e divulgadores de idéias contrárias ao regime, constituindo portanto um fator de acirramento do problema econômico e uma fonte de ameaça política. Logo, a reação lógica do governo era proceder a uma restrição da imigração: estabelecendo cotas e promovendo uma rígida seleção segundo critérios diversos (idade, sanidade, capacidade para o trabalho, especialização profissional, etc.).

Este tipo de explicação pode ser formulada inteiramente a partir da leitura dos textos que examinaremos a seguir. No entanto, a forma pela qual a questão é colocada é expressa em idioma étnico-racial e nacional, e de tal modo carregada de imagens, que o que se pode apreender das representações dos autores ultrapassa de muito o que se pode apreender ao nível puramente factual.

2. Imigração e Colonização no discurso dos ideólogos do Estado Novo

Tomemos primeiro um texto de Arthur Neiva que é, ao mesmo tempo, fonte de informação sobre o pensamento de Vargas,

em virtude das inúmeras citações feitas.⁶

Começa, exatamente, citando um trecho do discurso de Vargas, pronunciado quando ainda candidato pela Aliança Liberal à presidência da República (12/1/1930): "Durante muitos anos, encaramos a imigração, exclusivamente, sob seus aspectos econômicos imediatos. É oportuno entrar a obedecer ao critério étnico, submetendo a solução do problema do povoamento às conveniências fundamentais da nacionalidade".

Segundo Arthur Neiva, nessa época Vargas estava preocupado com a reintegração da Amazônia à economia nacional, já que o ciclo da borracha entrara em decadência. A imigração em grande escala era economicamente necessária mas, politicamente, causava problemas, porque aumentava o número de desempregados. Por isso o decreto de 12/12/1930, já citado, restringiu a imigração e dispôs sobre a localização de trabalhadores nacionais. Em 1931 Vargas declarava que as levas de imigrantes entradas "desordenadamente", vinham aumentar a "desordem econômica e a insegurança social".

O presidente, continua o conferencista, previa o grande perigo de que as massas de imigrantes viessem a transportar, para o País, "ideologias exóticas", previsão esta que se confirmou com o surto comunista de 1935: "à frente do le-

6. Neiva, Arthur - "Getúlio Vargas e o problema da Imigração e Colonização". Conferência pronunciada em 1941, no Instituto Nacional de Ciências Políticas. In Revista de Imigração e Colonização, Ano III, p. 24 e sgs. Arthur Neiva foi membro da Comissão Especial para estudar legislação sobre entrada de estrangeiros, desde 1938 e escreveu na Revista de Imigração e Colonização vários artigos e relatórios referentes à matéria.

vante estavam muitos estrangeiros que queriam implantar, entre nós, o terrível 'credo vermelho'...".

Em 1933, Vargas considerava que o Brasil precisava de imigrantes, mas teria de evitar a concentração deles nos centros industriais, onde poderiam causar perturbações; em 1934 surgiram as regulamentações que dispunham sobre as cotas de imigrantes por nacionalidade.

Em 1938, já "com plena liberdade de movimentos", o governo lançou a marcha para o oeste como o "verdadeiro sentido da brasilidade..." Havia passado a época do laissez-faire e o governo cuidava de melhorar as técnicas de colonização: órgãos oficiais foram reorganizados e surgiu o Departamento Nacional de Imigração e a Divisão de Terras e Colonização.

A orientação das migrações internas passou a seguir a linha seguinte:

1. deslocamento da população excedente do nordeste, assolado pelas secas, para as zonas mais produtivas de São Paulo, onde havia escassez de mão-de-obra, e para a Amazônia, onde se deveria fazer loteamento e dotação de terra a pequenos proprietários;

2. também para os imensos vazios do oeste deveriam ser encaminhadas levas de imigrantes para explorar economicamente a região;

3. a dotação de terras aos trabalhadores deslocados seria feita com o uso de terras devolutas e sob a orientação e localização da União.

Vargas percorreu, então, vários Estados do Brasil, sempre estimulando as migrações para o oeste e para a Amazônia:

"Deste modo o programa do "Rumo para o Oeste" é o reatamento da campanha dos construtores de nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura."⁷

Segundo Arthur Neiva, a nova política de colonização significava um fomento à pequena propriedade, com caráter assistencial e garantia do pleno direito à propriedade por parte do colono.

Em 14/02/41, o decreto-lei nº 3059 dispunha sobre a criação de Colônias Agrícolas Nacionais: nos anos seguintes, até 1943, foram criadas as Colônias Agrícolas Nacionais de Goiás (CANG), Amazonas, Pará, Maranhão, Mato Grosso (Dourados) e vários Núcleos Coloniais.

Pelo decreto-lei de 7 de abril de 1941, o governo restringiu a imigração em virtude dos problemas criados pela guerra; as medidas neste sentido visavam a evitar que se deslocassem para o Brasil "elementos inconvenientes" ao interesse nacional.

Examinemos a seguir alguns artigos publicados pela Revista Novas Diretrizes. Esta revista começou a ser publicada em novembro de 1938, portanto um ano depois da criação do Estado Novo. Seu diretor, Azevedo Amaral, assim define sua orientação política: "Seria supérfluo dizer que este periódico não tem ligações partidárias. ... O que acabo de afirmar equivale a um programa de solidariedade incondicional com a ordem política de que o Estado Novo é expressão orgânica e

7. Vargas, Getúlio - Discurso pronunciado em Goiânia aos 8/8/1940. Cf. Arthur Neiva, ob. cit., p. 57.

cuja direção única cabe e não pode deixar de caber de Chefe da Nação." ⁸ Apenas para deixar mais explícita a posição política do diretor da revista, o artigo continua condenando o "regime democrático liberal" que "cerceia a autoridade e o poder", fazendo a apologia do "conceito autoritário" e do "princípio hierárquico". Procura, ainda, mostrar que a democracia é um regime falido mesmo naqueles países que dizem segui-lo, como Estados Unidos e Inglaterra onde, segundo ele, estaria em vigência um "regime substancialmente autoritário". ...

Os articulistas da revista expressam ainda mais enfaticamente a questão político-ideológica envolvida na orientação da política migratória. Seguindo a ordem de publicação, pode-se perceber a transformação da atitude dos autores com relação aos participantes do conflito europeu.

No número 14, de dezembro de 1939, por exemplo, sob o título de "Imigração Indesejável" alguém afirma que três providências são necessárias:

- 1) uma seleção para que não entrem "loucos e criminosos";
- 2) o fomento à entrada de elementos portugueses, para manutenção da "fisionomia luso-brasileira da etnia nacional";
- 3) proibição da entrada de "refugiados semitas da Europa Central".

Faz-se distinção entre o judeu do Mediterrâneo e os da Península Ibérica. Estes últimos tomaram parte na nossa composição étnica no período colonial e adquiriram a mentalidade

8. Amaral, Azevedo - in Novas Diretrizes, Ano I, nº 1, p. 2.

dos povos aos quais se integraram como assimiláveis. O judeu oriental é na verdade o único verdadeiro judeu que sobrevive no mundo: "Gente vinda da Rússia, Polônia, Lituânia e da Rumania forma essa legião exótica inassimilável, ..." São "por índole rebeldes contra o Estado e absolutamente incapazes do exercício da cidadania". O judeu é nômade e a mais típica característica do espírito nômade é a impossibilidade de adaptar-se à zona do acampamento." O grande desenvolvimento da inteligência do judeu, associado à debilidade física determinada por causas em ação durante milênios, tornou-o refratário a todo trabalho que exija alguma atividade muscular considerável." Assim eles se concentram no comércio e também na medicina, advocacia e jornalismo. "Estas profissões todas são exatamente aquelas donde irradia a influência que imprime a uma sociedade o seu clima característico". Enfim, "Urge impedir enquanto é tempo a formação de outros quistos ainda mais perigosos...".

Em março de 1940, há uma referência à demissão do judeu Hore-Belisha, que ocupava cargo importante no governo da Inglaterra: "Judeu oriental e comunista são mais ou menos sinônimos." Os imigrantes da Rússia, Lituânia, Polônia etc. profeririam nas sociedades para onde se encaminhasssem "o desportar de simpatias pelas idéias marxistas, de que hoje no mundo o povo de Israel se tornou a força representativa coletiva".

Em junho de 1940, sob o título "Imigração e Colonização" se afirma que o "Presidente da República inclui os assuntos atinentes ao povoamento entre os problemas máximos da

atualidade nacional". O artigo afirma ainda que em virtude do "caráter profundamente anômalo da situação mundial" cumpre tomar novas providências. O "traço que domina todos os outros no comportamento dos múltiplos aspectos da questão migratória é a relação desta com os imperativos de defesa da raça e da etnia brasileira que se está formando pelo caldeamento". Menciona o fato de os Estados Unidos quererem se desembaraçar dos negros, "elemento perturbador do progresso normal da civilização norte americana". Diz que o Brasil tem áreas despovoadas e que outros países queriam fazer do nosso território o escoadouro das populações das quais se querem desfazer.

Em setembro de 1940, no comentário referente à política do mês, Azevedo Amaral se refere às viagens presidenciais pelo interior do País: "a orientação das preocupações nacionais para o hinterland caracteriza tipicamente o pensamento político, que inspirou e anima as transformações operadas na vida nacional durante os últimos 10 anos e sobretudo desde a revolução construtora de 1937."

Esta preocupação é vista como um reviver das bandeiras paulistas. Argumenta-se que o Brasil esteve até à primeira República debruçado sobre o mar, voltado para o "continente colonizador" e que o "Estado Nacional volta-se para o interior do país ..."

A volta para o interior visa a explorar as riquezas nacionais e assim, pelo enriquecimento, promover a segurança nacional. Menciona então os "perigos" aos quais não é possível fechar os olhos.

A segurança nacional depende da acumulação de riqueza suficiente para aquisição de força militar que garanta a soberania no novo mundo que está surgindo. "A colonização dos sertões ocidentais e o desenvolvimento da civilização neles constituem assim o problema fundamental da defesa do Brasil...".

Além destes, outros temas aparecem em vários artigos, todos referentes à guerra e ligados entre si: expansão territorial (espaço vital) das nações superpovoadas, colonialismo internacional, a ameaça que significam os territórios nacionais despovoados diante da cobiça e do expansionismo das potências mundiais. Nessa fase, Itália e Alemanha recebem homenagens, enquanto a Inglaterra é recorrentemente combatida (1941). Hitler e Mussolini são vistos como reconstrutores de uma nova ordem européia. A guerra é dada como perdida para os ingleses. A entrada dos Estados Unidos na guerra é vista como uma traição ao continente americano... (fevereiro de 1941).

Em maio de 1941, artigo não assinado, com o título "Descongestionamento das cidades" refere-se à criação de núcleos agrícolas. A idéia geral é a seguinte: com a Revolução Industrial do século XVIII deu-se o êxodo rural e a concentração nas cidades de "nossos trabalhadores", que são a origem do "proletariado moderno, com as características psicológicas peculiares, que o tornaram massa plástica, tão fácil de ser manejada pelos agitadores e charlatões sociais e políticos de todos os matizes." Considera-se que este problema possa ser solucionado pelo estabelecimento de vias de comunicação através das quais se efetivaria a dispersão do proletariado... Neste sentido a criação dos núcleos agrícolas no Brasil se-

ria o primeiro passo.

No mesmo número da revista, outro artigo, "Correntes migratórias indesejáveis", retoma o problema dos judeus: "A enorme maioria, melhor diríamos a quase totalidade dos refugiados é constituída por judeus, que não vêm para aqui com intuito de trabalhar, mas de continuar no nosso meio e à sombra da nossa hospitalidade sentimental a vida parasitária, que eles e os seus antepassados levaram nos países donde acabam de emigrar". Seguem-se considerações sobre a inutilidade de suas atividades econômicas, a nocividade da forma de comércio a que se dedicam, o aspecto "indecoroso e indigno" que o comércio dos judeus introduz nas nossas cidades, na nossa língua, nas nossas instituições, aproveitando "seus novos conhecimentos lingüísticos para a propaganda de idéias subversivas entre os incautos brasileiros que lhes caem nas garras." Mas reflete o autor que o problema dos judeus não é o único. Em breve o após-guerra provocará o expurgo racial em todos os países. Esses países tentarão remover as "populações inferiores". "O caso mais importante desse gênero será representado pelos milhões de negros que subsistem nos Estados Unidos, como peso morto no conjunto da civilização norte-americana". Segundo o articulista "os americanos reconheceram que os descendentes dos antigos escravos jamais poderão ser políticos e economicamente elementos de eficiência." Os americanos teriam sondado "oficiosamente" o governo do Sr. Artur Bernardes a respeito da possibilidade de trazê-los para a Amazônia e sudoeste do Brasil.

O articulista continua argumentando que:

1º) estes negros são etnograficamente inferiores aos nossos, porque ao contrário dos portugueses, que sabiam escolher, os ingleses trouxeram para suas colônias "o rebotinho das populações inferiores da África";

2º) "... esses negros americanos viriam cheios dos ódios de raça, agravados por um pretensioso sentimento de superioridade, que neles é a imitação do orgulho nacional dos brancos, cuja cidadania teoricamente compartilham."

No número de julho de 1941, os artigos se referem às relações do Brasil com a Alemanha - o 1º artigo trata das medidas tomadas pelo governo brasileiro com relação às colônias germânicas do sul. Frente a jornalistas internacionais, o presidente procura mostrar que o Brasil não sentia os alemães nascidos no Brasil como perigosos; apenas procurava dar-lhes agora escolas brasileiras e promover sua integração.

Outros artigos falam na "guerra contra o terror": "A guerra germânica contra a Rússia poupa aos povos do mundo um destino pavoroso". O mesmo artigo condena a Inglaterra por entrar na guerra contra a Alemanha em favor da Rússia.

Continua a apologia da Alemanha contra a Rússia (país reputado como o mais forte militarmente). Fala-se sobretudo na Inglaterra, que, a princípio, como seus irmãos aliados (Americanos do Norte), via no ataque alemão à Rússia uma boa oportunidade de livrar-se da ameaça.

Os números de 1942 apresentam uma modificação evidente: deixa-se de fazer, com a intensidade de antes, a apologia dos países do Eixo e críticas à Inglaterra no desenrolar do conflito. No "Comentário sobre Política de Quinzena", Azevedo

Amaral diz textualmente o seguinte: "A lição dos últimos acontecimentos resume-se em um preceito, que pode ser definido como o único postulado prático para a norma das nossas preocupações e das nossas atividades. Concentrarmo-nos na órbita da nossa vida nacional, aplicando todas as nossas energias e todos os nossos recursos no trabalho criador, que nos poupará às misérias que assolam outros povos e nos garantirá uma posição sólida e promissora no mundo de amanhã, ..."

No artigo seguinte, que se intitula "Marcha para o Oeste", uma outra formulação coloca em evidência a mesma perplexidade diante da mudança ocorrida no conflito internacional e a percepção da necessidade de tomar uma nova posição face a esse conflito: "Em um momento como este que vivemos, os acontecimentos precipitam-se, arrastados tão tumultuadamente pelo fluxo encaichoado de destinos imprevisíveis, que é muito arriscado representar o papel sempre perigoso de profeta. Mas dentro do que é racionalmente previsível, não se pode fugir de imaginar que o Brasil, para conservar intacta a sua personalidade nacional, tenha de deslocar os seus órgãos vitais para além da barreira montanhosa, a que Euclides da Cunha atribuiu papel decisivo na proteção da gênese nacional."

Com relação à "Marcha para o Oeste", afirma-se que, se a princípio a volta para o hinterland significava uma busca de expansão econômica e de "desenvolvimento de nacionalidade", em face dos últimos acontecimentos esta volta ao interior significa também uma medida de proteção do Brasil como "salvação nacional". Na explicação da necessidade, através da con-

cepção da história do Brasil, o autor dá uma idéia de fluxo muito semelhante à de Cassiano Ricardo: "A evolução brasileira operou-se sob influência de um ritmo alternante de orientação para o mar e de projeção sertaneja. Ao período inicial da colonização, em que a orla oceânica absorve e detém as correntes européias que nos traziam os primórdios da civilização, seguiu-se a fase das epidêmicas incursões mamelucas para o oeste. Desde então a nacionalidade viveu sempre flutuando entre as forças atrativas do mar e do sertão. E assim acontecerá, até que, atingindo a plenitude de nossa maturidade nacional, possamos viver como um grande povo forte e dominador, equilibrado no exercício tranquilo de uma soberania que se estenderá a toda amplitude do seu território."

Esquemáticamente, é possível reduzir as formulações de todos esses autores nos quadros seguintes:

ATORES	AÇÕES	ATRIBUTOS	EFEITOS
Governo	seleção segundo critérios étnicos "nacionalização dos núcleos estrangeiros" (quistos étnicos) restrição da imigração		manutenção da nacionalidade defesa da raça e da etnia
portugueses			manutenção da etnia luso-brasileira
judeus ibéricos elementos inconvenientes	divulgam "ideologias exóticas" divulgam o "credo vermelho"	assimiláveis inconvenientes	desordem econômica e insegurança social perturbação nos centros urbanos levante comunista
refugiados semitas da Europa Central e judeus orientais	atacam o Estado ficam nas profissões que exercem influência	indesejáveis nômades inteligentes fisicamente débeis exóticos não assimiláveis partidários do liberalismo contra o Poder do Estado perturbadores do progresso americano ódio racial inferiores loucos e criminosos	formação de "quistos étnicos" quistos étnicos influências exóticas sobre a sociedade antagonismo
negros			
loucos e criminosos			

ATORES	AÇÕES	ATRIBUTOS	EFEITOS
Governo	estabelecimento de vias de comunicação revive as bandeiras paulistas volta-se para o interior exploração das riquezas naturais orientação das levadas de migrantes nacionais	massa plástica, facilmente manipulável por agitadores inclinados ao descontentamento e à rebeldia	dispersão do proletariado enriquecimento promoção da segurança nacional brasilidade suprimento de mão-de-obra para áreas produtivas antagonismo
proletariado urbano			
populações excedentes			

Quadro 3 - COLONIZAÇÃO

ATORES	AÇÕES	ATRIBUTOS	EFEITOS
Governo	doação de terras devolutas localização e assistência		criação da pequena propriedade integração econômica

Como vemos, os atores da Migração Externa e Colonização são discriminados em cinco categorias raciais, uma categoria política e duas categorias sociais.

Das categorias raciais duas são valoradas positivamente, (judeu ibérico e português) e, três negativamente (judeu oriental, judeu da Europa Central e negro); as categorias sociais (loucos e criminosos), são valoradas negativamente; e a categoria política (governo), o é positivamente.

As categorias raciais são mencionadas repetidamente, não só nos discursos que estamos analisando, mas também, como veremos, no texto de Cassiano Ricardo, no próximo capítulo. A meu ver, o idioma racial tem eficácia nesses textos, justamente porque era muito utilizado na época: as teorias racistas foram amplamente divulgadas pelo nazismo, como fonte de legitimação de sua política discriminatória (arianismo). Mas, evidentemente, as categorias raciais, quando usadas por membros do governo, não circunscrevem sua significação ao restrito campo semântico a que pertencem. Nos textos em questão, por exemplo, examinemos as categorias "judeu ibérico" e "judeu oriental".

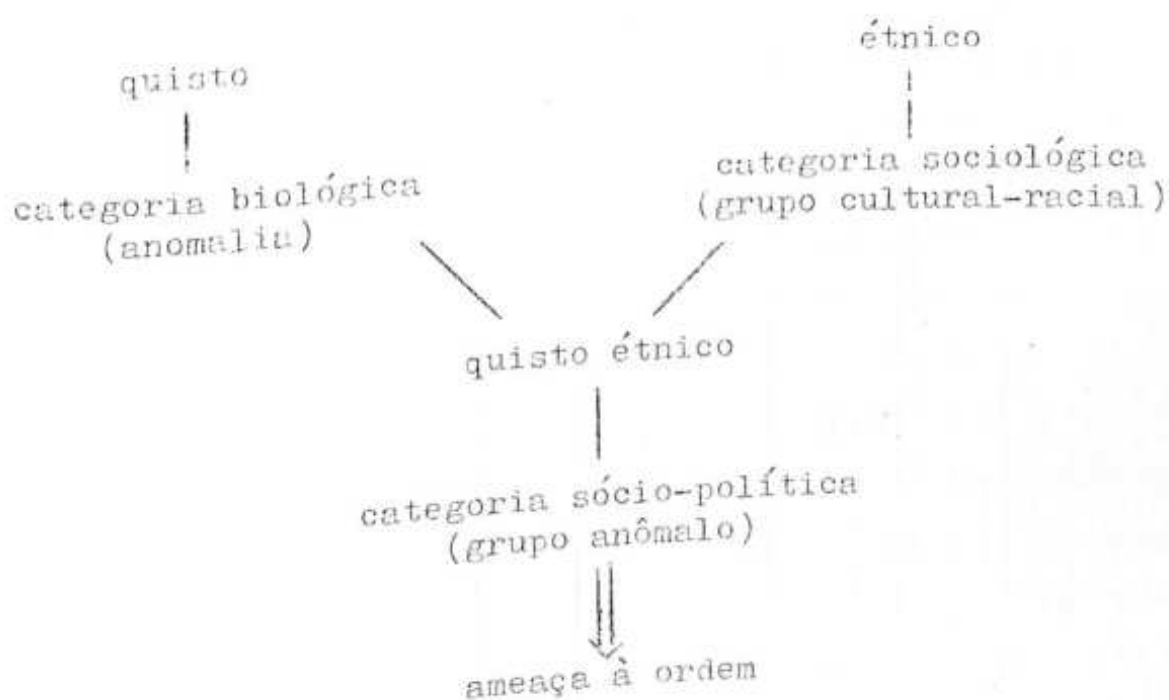
"Judeu ibérico" está necessariamente associado a "português", única outra categoria racial do discurso valorada positivamente e que, além do mais, entra na composição da categoria síntese "luso-brasileira". Esse judeu é "assimilável" e não tem ações, nem implica em efeitos negativos. Mas, "judeu oriental" é "Gente vinda da Rússia, Polônia, Lituânia e da Romênia..."; este judeu é inassimilável, "rebelde(s) contra o Estado", "nômade(s)" etc. Ele forma "quistos étnicos" e

desperta simpatias pelas idéias marxistas. Ao final, portanto, a categoria racial é mero veículo de uma significação política:

juzeu ibérico => Portugal = Brasil = Estado Novo

juzeu oriental => Rússia = Comunismo
~~= Estado Novo~~

De modo mais explícito, as categorias "quistos étnicos" e "credo vermelho" são o resultado da interseção entre dois campos semânticos que se situam fora do plano político dentro do qual elas passam a significar:





No que se refere à Migração Interna, aparecem novas categorias de atores: "massas proletárias" e "populações excedentes".

A primeira dessas categorias está diretamente referida à questão política: "massa política, tão fácil de ser manipulada pelos agitadores e charlatões sociais e políticos de todos os matizes". Suas ações, atributos e efeitos são o resultado negativo das ações também negativas dos atores discriminados por categorias raciais valoradas negativamente na questão da Migração Externa: assimilação de "influências maléficas"; descontentamento e rebeldia; levante comunista, antagonismo.

Já a segunda categoria é, de certo modo, despolitizada pela associação que se faz entre a necessidade de seu deslocamento e o flagelo das secas (fenômeno natural). Na minha opinião, esta despolitização, quando colocada em confronto

com o caráter estritamente político atribuído à primeira categoria, que se refere à população das cidades, tem o efeito de caracterizar as tensões políticas como fenômenos originados no mundo exterior, com o qual as cidades litorâneas seriam o ponto de contato. De qualquer modo a solução do problema continua sendo o deslocamento para as zonas do interior, carentes de povoamento ou de mão-de-obra.

Quanto à categoria política "governo" está sempre associada a ações e efeitos positivos; aparece, necessariamente, como elemento essencialmente ativo, tanto na colonização quanto nas migrações (internas e externas). Este fato, óbvio demais para se supor que seja importante mencionar, permite, provisoriamente, concluir que os textos sobre colonização e imigração visam muito mais a veicular uma teoria política do que a discutir a eficiência destas práticas administrativas com relação a povoamento, criação de pequena propriedade, emprego a trabalhadores nacionais e produtividade econômica.

Vejamos se estas conclusões se confirmam pela análise, que se segue, de dois outros textos.

CAPÍTULO IV

MARCHA PARA OESTE: SEMANTIZAÇÃO DA MUDANÇA SOCIAL

1. O "myth maker" e o presidente

Os textos que vamos analisar foram escolhidos por terem aparecido no período de vigência do Estado Novo, quando se deu a criação de colônias agrícolas no interior do Brasil, e ocorreram modificações importantes também no plano internacional; por outro lado, endossam a política do poder central e portanto podem ser considerados como emissores de ideologia da facção que ocupa o poder.

O primeiro, de autoria de Cassiano Ricardo, surgiu em 1940 com o título: Marcha para Oeste - A influência da Ban-deira na formação social e política do Brasil. Qualquer que tenha sido a posição de Cassiano Ricardo no governo de Vargas, ele pode ser considerado uma espécie do myth maker a que Leach se refere no seu estudo sobre os Kachins: alguém que como narrador da história assume a incumbência de prover uma base de legitimação do status e das ações de um grupo.

O segundo é um discurso do próprio Vargas, proferido em 1941, em Cuiabá, Mato Grosso, por ocasião de um banquete que lhe foi oferecido: lida diretamente com a questão da cam

panha de migração para o oeste brasileiro.¹

Para facilitar o trabalho vou tomar cada texto como uma unidade em si mesmo. Na verdade, eles têm uma visível continuidade, entre si, e também com as formulações dos diversos autores mencionados no capítulo anterior.

2. A Bandeira e o Estado Novo

A hipótese fundamental deste trabalho é que os textos lidam com uma contradição e visam a minimizá-la, ou "solucioná-la", idealmente. A contradição existe ao nível da estrutura social e por definição não é solucionável na prática. Portanto, emprego o termo legitimação com o sentido de busca de coerência ao nível da "teoria social" dos agentes (não como busca de consenso). Mas, que contradição é esta? É preciso voltar à situação do Brasil no período e, para isso, é bom ter em mente a análise feita no capítulo II. Aqui, cumpre lembrar que, no plano internacional, antes de entrar na guerra, o Brasil disputava, sem se definir ainda, o apoio econômico das grandes potências mundiais - Estados Unidos, Inglaterra, Itália e Alemanha. Até 1941, na fase em que os países nazi-fascistas estiveram em ascensão, expandindo seu imperialismo, sem que os Estados Unidos tivessem feito aliança para combater as pretensões do Eixo, o franco entusiasmo de alguns e a simpatia discreta de outros, marcavam a atitude

1. "Mato Grosso e o Intercâmbio do Brasil com a Bolívia e o Paraguai", in A Nova Política do Brasil, Vol 9, "O Brasil na Guerra", Rio, José Olímpio Ed., 1943.

de muitos brasileiros, influentes política e economicamente, com relação aos regimes totalitários de direita, inaugurados por aqueles países, e cogitava-se de transações e acordos econômicos com eles. No que toca ao chefe do governo, a ambigüidade é patente: na correspondência entre Vargas e Osvaldo Aranha, o Embaixador brasileiro em Washington previne o Presidente quanto ao perigo que as negociações com a Itália acarretavam para as relações do Brasil com a Inglaterra e os Estados Unidos.² Quanto à atitude de grupos mais ou menos vinculados ao poder, embora de modo impressionista, Jorge Amado a descreve em Os Ásperos Tempos: perplexidade diante da ascensão do nazi-fascismo internacional, do crescimento do movimento integralista nacional, e da ausência de uma definição explícita do poder central com relação a esses movimentos.³ Além disso, os artigos referidos no terceiro capítulo, confirmam este tipo de atitude.

Mas, no momento em que os Estados Unidos se colocaram como aliados da França e Inglaterra e exigiram energicamente do governo brasileiro uma tomada de posição, e, mais ainda, quando a seguir se configurou uma reviravolta no conflito, os valores acionados pelos aliados começaram a ser retomados. Os regimes democráticos readquiriram legitimidade ideológica (embora na verdade, na atualização de qualquer regime político todas as categorias sejam essencialmente manipuláveis).

2. Silva, Hélio - 1937 - Todos os Golpes se Parecem, cit., p. 106.

3. Amado, Jorge - Os Ásperos Tempos, São Paulo, Ed. Martins, 1970.

Acontece que no Brasil, democracia estivera associada a eleições, representação parlamentar, fidelidade a uma Carta Constitucional votada pelo Congresso, liberdade de Imprensa, de associação e organização partidária e profissional. Ora, todos estes processos tinham sido radicalmente cerceados em 1937: instituiu-se a consulta plebiscitária, extinguiu-se o Congresso, revogou-se a Constituição de 34, uma nova Constituição foi outorgada, instituiu-se um regime de representação profissional do tipo corporativista, criou-se o Departamento de Imprensa e Propaganda. Além disso, uma campanha de rígida seleção de imigrantes estrangeiros foi posta em vigor ao lado da firme orientação de levar de brasileiros para as zonas despovoadas. Sob muitos aspectos o regime se aproximava do totalitarismo de direita europeu ... mas os valores democráticos não poderiam mais ser negados na nova conjuntura nacional e internacional.

O livro de Cassiano e o discurso de Vargas parecem lidar com esta contradição. Vejamos primeiro o texto de Cassiano Ricardo.

É um volume extenso, com quase seiscentas páginas. Ao resumi-lo, procedi ao mesmo tempo à seleção do aspecto que constitui o foco de interesse da análise: o discurso mítico, conforme proposto no Capítulo I.

O autor quer demonstrar que...
"Não só existiu como existe, (democracia no Brasil) e de uma forma como o mundo jamais a praticou. O que procuro saber, neste livro, é exatamente como e onde se deu a sua gênese e qual o grupo que mais contribuiu para a sua formação. Simples

pretexto para que eu pudesse ensaiar alguns comentários desprezenciosos sobre a história social do Brasil."

A chegada do colonizador

A "sociedade brasileira" começa a existir por ocasião da "chegada do colonizador". Antes havia somente uma "realidade física".

Os colonizadores trazem do meio ibérico sua "marca" de origem" mas "o caso é que eles vieram nascer de novo".

Vindos dos platôs bolivianos, os "tupis" já estavam aqui.

Vieram também os "piratas" para levar "o pau brasil e papagaios". O "descobridor", para defender o "futuro Brasil" dos "corsários terríveis", iniciou o "povoamento efetivo" da terra. Fixaram-se dois grupos no litoral: o de Olinda e o de São Vicente. A princípio, Portugal proibiu que esses grupos fossem para o interior mas, depois deu licença para que apenas os moradores de São Vicente o fizessem. Os "povoadores peninsulares" ficaram assim, divididos: São Vicente e Olinda no litoral, Santo André e Piratininga no alti-plano e intraserra.

Mas, "era preciso que os donos da casa estivessem de acordo com essa sem cerimônia dos povoadores". Os índios apareceram, guiados por João Ramalho e não houve guerra entre eles e a expedição de Martim Afonso: "firmaram-se as pazes e rejubilaram-se os americanos,...., com contos e festas que duraram dias".

As bandeiras, o grupo do litoral e o índio

Começa, então, a colonização da terra nova. "Os do plalto, ..., batem à porta do sertão...: nós queremos entrar". A força mágica dos "mitos de fundo econômico", "redoirados de poesia" os levou sertão a dentro, fizeram deles "heróis e gigantes". Eram "disciplinados e aguerridos": eram as bandeiras. Elas partiram de Piratininga que era uma região privilegiada: "a terra fértil, não obstante o constante sobressaltos"; o rio Tietê, sinal da natureza, que falava "uma linguagem misteriosa": nascia junto do mar e lhe dava as costas, entrando pelo sertão.

A bandeira tinha grande "mobilidade social", para encurtar as distâncias inter-individuais; tinha "mobilidade biológica", para encurtar as distâncias raciais e sociais; tinha "mobilidade geográfica", para conquistar uma "geografia democrática" e povoar. A pequena propriedade e a policultura foram suas características econômicas.

No litoral as circunstâncias físicas eram muito diferentes. Aí surgiram os senhores de engenho, que organizaram uma sociedade semelhante à de Portugal. De uma "mestiçagem desenfreada" surgiu uma "democracia biológica", mas a economia era "aristocratizante" e o grupo não tinha mobilidade geográfica: ficou estagnado no litoral. Esta sociedade litorânea era bem cheia de pecados, costumes africanos, indolências. Foram suas características econômicas a monocultura e a grande propriedade.

Enquanto isto o índio nômade vagava pela terra de todos, com sua oca sem divisões, sua economia primitiva, seu

comunismo primário, sua moral relativa, sua poligamia.

A Bandeira diante dos perigos externos e da diversidade interna

"Quando entra no sertão a primeira bandeira, termina a história de Portugal e começa a história do Brasil."

A empresa que o bandeirante realizou foi tão extraordinária que convém chamá-lo "gigante das botas de 7 léguas."

A bandeira "inventou o caminho", escalou o paredão da Serra e caiu no isolamento. Havia os perigos da selva, os índios inimigos, a fome. A bandeira criou seu próprio governo, "o cabo de tropa", independente de Portugal. Desobedeceu ao Tratado de Tordesilhas, foi em busca das pedras verdes e do ouro. Para enfrentar os perigos e o isolamento deu toda força ao "cabo de tropa" ao qual um séquito "obediente e anônimo" seguia cegamente e desenvolveu-se o sentimento de solidariedade ampla. Ninguém dava valor à propriedade imobiliária porque o que tinha valor eram as esmeraldas. Por isso, a bandeira não criou primeiro a propriedade, mas sim o território; não uma empresa privada, mas uma empresa coletiva. Quando, então, começou a fixar-se, o grupo criou a pequena e não a grande propriedade.

"Na divisão de trabalho como na de postos políticos, cada elemento humano tinha seu papel determinado pela cor e não pela violência ou preconceito social".

Mas a hierarquização não impedia a "mobilidade com que uma classe passava para outra (...) havendo mesmo o caso de negros e índios investidos de comando por delegação do pró-

prio branco".

A bandeira era portanto a primeira democracia nascida da terra e o primeiro governo independente de Portugal.

Muitas vezes o bandeirante foi violento e cruel porque o meio assim o determinava e porque afinal eles estavam fundando uma pátria e a "origem de todas as pátrias está na violência e acima de tudo havia o terremoto obscuro de uma pátria que se ia formar, não obstante todas as tentativas em contrário."

Por sua mobilidade horizontal, por sua micibilidade e pelo pendor à grande família, a bandeira criou a nossa geografia, uniu todas as raças e povoou nosso território. Por isso é que somente um Estado moldado no espírito da bandeira poderá manter indissolúvel e eterna a nossa geografia.

Hoje, enquanto muitos países clamam por "espaços vitais", o Brasil tem "espaços de futuro".

A Inconfidência, a Independência e a elaboração de um regime de Estado

Depois de realizar tão grande empresa o bandeirante descansou.

Em Minas Gerais se fez então o movimento da Inconfidência. Mas os paulistas participaram dele porque depois de desbravar a terra eles tinham se espalhado por todas as regiões. Depois, se proclamou a Independência em terra dos bandeirantes, mas a Independência de certo modo já tinha sido feita pela bandeira.

Mas depois da Independência, na hora da elaboração do

regime de Estado, a tarefa coube às cidades do litoral. Como estavam "contaminadas" pelos "ismos" europeus, perderam de vista a República de Piratininga: os "intelectuais" e estadistas construíram um Estado liberal, que nada tinha a ver com nossa realidade.

"Começa então a história incrível do nosso liberalismo".

O país viveu então um período de anarquia "dissolvente da nacionalidade". Era o "liberalismo assanhado", os "parlamentos tagarelas", a "imprensa abjeta", o ideal de uma democracia "tão liberal" que chegava a ser "ingovernável". Querria-se a "federação absoluta", a "regionalização do exército."

Durante o Império, D. Pedro I e José Bonifácio não concordavam.

D. Pedro não foi eleito, mas foi o "mais liberal dos príncipes". A constituição por ele outorgada como imperador era "duplicadamente liberal" e "superior ... à que a assembléia parolante e palradora estava elaborando"; ele dissolveu a assembléia que era medíocre e o povo legitimou o ato de força, de prudência, de sabedoria do governo imperial; a constituição criou o poder moderador "que representava na época o grande passo para o fortalecimento da autoridade na realização da democracia, em contraposição ao liberalismo". Mas D. Pedro teve que abdicar, porque o liberalismo exógeno tinha tomado conta das cidades. D. Pedro II era o oposto do pai. Voltava de novo a anarquia.

O pensamento e a literatura brasileira

O que aconteceu com relação à nossa organização política, aconteceu também com a nossa literatura e pensamento. Nos escritores das cidades do litoral não só foram atacados de "papagaismo", importando todas as escolas européias mas cometeram uma deturpação ainda maior: esqueceram o chão em que pisavam e tornaram-se gregos, franceses, russos, não importa o quê, dizendo-se universais. Atacados de infecção cultural, cegos para a verdade ambiente.

Volta do Brasil às suas origens

Mas o Brasil se deu conta do desvio e começou a volta às suas origens, ao interior, à bandeira, a sua democracia biológica. Literariamente, através do "verdumarelismo" politicamente pela criação do Estado Novo.

Era a retomada do "fio condutor" que a bandeira traçou no início da nossa formação.

Como a bandeira foi um fenômeno único na história da humanidade, não se comparando nem ao pioneirismo americano do norte, nem às expedições russas que partiram para a Sibéria, nem a nenhuma outra forma de expansão geográfica da humanidade, a retomada do espírito da bandeira tem que ser também algo inteiramente novo que não pode ser cópia do modelo de nenhum regime atualmente existente: nem totalitarismo de direita, nem comunismo, nem liberalismo ou outra forma qualquer de democracia. Tem que ser a "nossa democracia".

Esta "nossa democracia", regime sui-generis, não tem paralelo em nenhum outro país do mundo antigo ou moderno.

Essa democracia só tem um modelo, embora rudimentar, que é a bandeira.

A formação social da bandeira

O grupo que se embrenhara pelo sertão, onde há muitos perigos, se uniu primeiro em torno do pater família. A ele delegou todo poder como a um chefe absoluto dos milícios romanos.

Veio o tempo em que a solidariedade teve que ultrapassar os laços consanguíneos e o grupo passou a se unir em torno do "cabo de tropa". Mas os laços de família, a solidariedade, obediência e proteção que eram características da família patriarcal continuaram a existir dentro do grupo bandeira. ... O Estado foi sempre e continua a ser, entre nós, sinônimo de providencialismo patriarcal. É o pai Grande, a que ainda hoje aludem as populações caboclas...

"Contra o inimigo externo surge a solidariedade social mais larga do que a família. Contra o inimigo interno surge a idéia do Estado tutelar e corretivo.

...é um Estado larvar e vivo, com um governo forte — um executivo que tudo dispõe e tudo ordena; enfim, uma autoridade que exerce funções policiais e judiciais e em torno da qual reúnem-se, dentro da mais viva solidariedade e hierarquicamente dispostos, os elementos... do agrupamento. Por fim cada bandeira leva um regimento, que é uma pequena constituição na qual se lhe traçam as normas de governo...

Já não é apenas um governo de fato. Existe um Governo legal, assegurando a ordem civil ... é o germen de uma demo-

Essa democracia só tem um modelo, embora rudimentar, que é a bandeira.

A formação social da bandeira

O grupo que se embrenhara pelo sertão, onde há muitos perigos, se uniu primeiro em torno do pater família. A ele delegou todo poder como a um chefe absoluto dos milícios romanos.

Veio o tempo em que a solidariedade teve que ultrapassar os laços consanguíneos e o grupo passou a se unir em torno do "cabo de tropa". Mas os laços de família, a solidariedade, obediência e proteção que eram características da família patriarcal continuaram a existir dentro do grupo bandeira. ... O Estado foi sempre e continua a ser, entre nós, sinônimo de providencialismo patriarcal. É o pai Grande, a que ainda hoje aludem as populações caboclas...

"Contra o inimigo externo surge a solidariedade social mais larga do que a família. Contra o inimigo interno surge a idéia do Estado tutelar e corretivo.

...é um Estado larvar e vivo, com um governo forte — um executivo que tudo dispõe e tudo ordena; enfim, uma autoridade que exerce funções policiais e judiciais e em torno da qual reúnem, dentro da mais viva solidariedade e hierarquia rapidamente dispostos, os elementos... do agrupamento. Por fim cada bandeira leva um regimento, que é uma pequena constituição na qual se lhe traçam as normas de governo...

Já não há mais um governo de fato. Existe um Governo legal, assegurado a ordem civil ... é o germen de uma demo-

cracia interessantíssima...

... O sentimento da hierarquia, o apego à família, o freio da religião, a consciência de certos direitos como o da propriedade privada, ... tudo isso impediu, ... que a bandeira resvalasse pelo comunismo que a natureza, com seu tropical incitamento à vida livre, aconselhava ao grupo ... que lhe penetrara no domínio selvagem.

Assim, no bandeirismo delineia-se um tipo político especial. A autoridade envolve uma grande soma de poder "peçoal" sem se confundir com a dos grandes senhores do feudalismo. O preconceito europeu da fidalguia ... não basta para dar origem e afirmação a essa autoridade.

Ninguém como o chefe da bandeira encarna tão bem a concepção de governo. ... mas no agrupamento em marcha a sua autoridade culmina para que a bandeira vença todos os obstáculos e se mantenha unida...; para que a ordem social do grupo não pereça; para que não lhe faltem meios de subsistência; para que nas horas de pânico e de fome, não se abata o ânimo ... e não se rompa ... sua disciplina.

... O bandeirante encarnava o governo forte, "com o fascismo de hoje, com a diferença da originalidade".

"Institue-se agora a participação dos grupos profissionais no governo, mas isso já foi feito pela governança do plano quando ... ensaiou ... uma espécie de regime corporativo. ... Apara-se hoje, o excesso de parlamentarismo, mas está-se repetindo o ato da câmara que proibiu a discussão sem proveito, há mais de três séculos. Adota-se a consulta plebiscitária mas isso também lá está: é o momento em que o povo

nomes comuns... a mentira do "voto" teve seu corretivo
futura (de 34) por uma democracia fundada na realidade
de
"Substituiu-se uma democracia de ficção (Carta Consti-
tuinte de 1934) por uma democracia fundada na realidade
de...".

gões jurídicas e reintegrada no seu sentido brasileiro e mo-
ção de "nova democracia", escolhida de seus defeitos e fic-
ção de "nova democracia" agora uma constituição para "realiza-
ção de...".
sendo... como o comunismo também uma forma de totalitarismo.
do... pelo poder, a sociedade se confunde com o Estado
tudo... pela sua "obra de expropriação", pela "absorção
é... não brasileiro. O fascismo, como o comunismo, é an-
o... índole cristã do Brasil protestou, incoercivelmente;
o... entre irmãos, é como "bicho de sete cabeças", contra
que... primitivo e selvagem, tem excesso de coletivismo, gera
not... O segundo, o comunismo moderno, não o verdadeiro
E... bom na luta contra o absolutismo, mas é europeu e não
caso de autonomia dos estados: é o "carnaval das eleições".
o... tem excesso de liberdade, de individualismo, ex-
classes do litoral: o liberalismo, o comunismo, o fascismo.
de ameaça de ideologias estrangeiras que penetram pelas
o novo mundo cheio de perigos e guerras externas e dian-
Passaram-se quatro séculos de história e o Brasil está

O Estado Novo

Conselho do Recôncavo.
deixa contra o gústo negro dos palmares e contra o gústo
verno combate os gústos étnicos e outra coisa não fez a ban-
decide... no caso da expulsão dos jesuítas... O Estado mo-

enérgico e indispensável. O famoso coronelismo foi extirpado, ... o plebiscito, para o qual se apela em casos especiais, não é uma forma primária mas uma forma sintética de consulta. ... O Conselho de Economia, composto de representantes de vários ramos da produção, ... faculta a intervenção das forças vivas da economia na direção do país, evitando o terrível mal dos congressos parasitários ... O regime corporativista para a produção ... sem sacrifício do individualismo criador de nossa riqueza. ... A boa moda bandeirante (uma democracia) coletivista e individualista ao mesmo tempo ... um Estado tipicamente brasileiro. Disciplinador sem tolher o mais dinâmico espírito de iniciativa.

... esse pensamento não é de hoje. Na campanha da brasilidade que foi o movimento "verdamarelo" (...) já se chamava atenção dos estadistas para a necessidade de um reajustamento democrático ... Dessa fecunda floração de idéias nasceram, depois, dois movimentos quase paralelos que foram o "integralismo" e a "bandeira": pedem a reforma das instituições, combatem a democracia dos partidos. "Apenas a bandeira (...) avançava um pouco mais para sua ideologia brasileira, combatendo no integralismo, os pontos de contato... com os "ismos" europeus.

Mas um e outro pediam uma "democracia bandeirante" ... "marcha para a realidade nacional".

"Reencontro do Brasil consigo mesmo ou do Estado com as nossas evidências biodemocráticas, o novo regime tem parentesco muito próximo com o grupo social histórico da conquista ...

... a constituição de 10 de novembro reata, finalmente, o espírito bandeirante no séc. XIX e tão deturpado pela dialética do litoral".

"Aliás é seu próprio fundador, o presidente Getúlio Vargas que nos diz: ... 'Caminhamos para o centro, não pela força aos preconceitos doutrinários mas pelo fatalismo de nossa determinação racial.'"

"O verdadeiro sentido da brasilidade está na marcha para oeste".

.....

A primeira particularidade desta história social do Brasil é que alguns acontecimentos e figuras em geral considerados primordiais, são inteiramente postos de lado, ou mencionados superficialmente. É o caso da figura de Tiradentes, dos processos que culminaram na proclamação da República, na abolição da escravatura, e das pessoas que deles participaram. Em compensação se desce a minúcias da organização interna das Bandeiras, da vida de seus componentes, das suas relações entre si e com os representantes da metrópole portuguesa.

Parece que a seleção é feita em função de a Bandeira servir ao propósito principal do autor: a legitimação da ordem política estabelecida em 1937 com a criação do Estado Novo.

A Bandeira é um operador semântico adequado, porque já faz parte da memória social do brasileiro como fenômeno meio fabuloso. O que o autor precisa fazer nesse sentido é apenas reforçar esse caráter de fábula, de grandioso, reconstruindo

o modelo ideal que convence, não pelo raciocínio crítico, mas sim através do apelo ao caráter de excepcionalidade, a imagem, e a um símbolo já interiorizado. Neste sentido a narrativa associa o bandeirante a "herói", "gigante de botas de sete léguas" etc.

Bandeira é um operador adequado ainda num outro sentido: remete à mobilidade espacial. Mobilidade espacial é útil, não apenas nos seus próprios termos de deslocamento no espaço (o que se presta à campanha de migração para o interior), mas também por ser uma categoria facilmente manipulável para conotar processos de mudança ao nível da organização social.

Ao mesmo tempo, a Bandeira é um fenômeno ligado, no tempo, ao passado, e, no espaço, ao interior; é, portanto, útil para expressar a idéia de que a mudança que se opera deve ser uma volta ao passado e ao interior. Além disso, tendo definido a Bandeira como fenômeno sui-generis, tipicamente brasileiro (por oposição a qualquer movimento de expansão que se dê ou se tenha dado em qualquer outro país do mundo), se exclui, por ilegítimo, qualquer outro modelo de organização, de ações ou idéias, o que seria "imitação", "deturpação", "desvio". É assim que liberalismo, fascismo e comunismo são excluídos como soluções plausíveis em termos de organização social.

Assim, antes de construir a Bandeira como modelo ideal, era preciso afirmar sua originalidade e construir a noção do bandeirante como ancestral da gente do país. No início da narrativa, aparecem três elementos: os tupis, os portugueses e os outros europeus. Pelas categorias asso-

ciadas a cada um deles, ou utilizadas diretamente para designá-los, já se prepara a solução: os tupis são os "donos da casa", mas fazem parte da "realidade física", são parte da natureza; os outros europeus são "piratas", "corsários terríveis", são a ameaça do mundo externo; o português é o "descobridor", o "colonizador", mas é também o "povoador peninsular", que traz a "marca" de seu país de origem: para ser brasileiro tem que "nascer de novo". É o português transformado depois de passar pela prova dos perigos, de entrar pelo sertão a dentro, passar por um período de "isolamento" e romper com os laços de sua pátria de origem, que funda a sociedade nova.

"Português" (ou "descobridor" ou "colonizador"), é a categoria que realiza a primeira mediação entre o mundo interno, natural, e o mundo externo. Mas, a categoria logo se subdivide e surge o "verdadeiro colonizador": os portugueses que se instalaram no planalto, ponto geográfico de contato com o sertão do índio e o litoral dos senhores de engenho. Como no triângulo de Lévi-Strauss, podemos escrever:



Daí por diante, a metáfora geográfico-espacial adquire pleno

significado: o litoral é o ponto de "contaminação": idéias e homens que vêm do litoral têm que passar pela "purificação" no planalto para serem brasileiros; todo brasileiro, e a própria história, têm que repetir o ciclo bandeirante: partir do litoral, abrir caminho até o sertão, e voltar ao litoral através do planalto.

Uma das operações através das quais realiza sua finalidade é a particularização do conceito de democracia. Da página 527 à 531 registra-se uma série enorme de definições do conceito para mostrar que não há consenso, e que a definição depende da opção de cada povo em cada momento histórico. O argumento é sustentado por expressões como "nossa democracia", "democracia brasileira", "verdadeira democracia". Outras expressões como "geografia democrática", "bio-democracia", "democracia "ser vivo", além de procederem à particularização do conceito, procedem também a uma despolitização do mesmo, na medida em que o remetem a determinações naturais (biológicas e geográficas).⁴

O modo pelo qual o Estado Novo é associado à Bandeira vai se tornando paulatinamente mais claro no decorrer do discurso, até assumir a forma explícita que se lê na parte final do resumo.

A legitimação se faz também por associação e analogia: a) primeiro é o grupo um tanto amorfo que enfrenta os perigos (externos) do sertão selvagem, e a ameaça de desintegração

4. Barthes, Roland - "Le Mythe, aujourd'hui", in Mythologies, Paris, Editions du Seuil, 1957.

ção em face da heterogeneidade dos elementos que o compõem. Serve de imagem para uma nação em face do conflito e das crises mundiais e dos movimentos político-ideológicos internos: um período sob ameaça de desordem interna e da guerra;

b) o poder absoluto do cabo de tropa, assim como a centralização do poder nas mãos do Presidente, surgem como regimes de urgência para colocar fim à desordem, realizar a integração e defender a soberania do grupo. No segundo capítulo, fiz referência à construção da imagem do Chefe do Estado como "pai dos pobres". Num certo momento da narrativa, o idioma de parentesco é o acionado como ponto de ligação entre o cabo de tropa e o Chefe de Estado: diz-se que o grupo que entrou pelo sertão, primeiro se uniu em torno do paterfamilia a quem delegou poderes absolutos. Depois o grupo aumentou e passou a unir-se em torno do cabo de tropa, mas os laços da família patriarcal continuaram a existir: "O Estado foi e continua a ser, entre nós, sinônimo de providencialismo patriarcal. É o pai grande...";

c) finalmente, a violência do cabo de tropa se justifica pela violência do meio e dos elementos que enfrenta e comanda: assim fica legitimado o uso da força pelo regime, pois "...a assim ficou legitimado o uso da força pelo regime, pois "...a cima de tudo, havia... uma pátria que se ia formar, não obstante todas as forças em contrário". Não falta nem a Bandeira destruído "quistos étnicos" negros e "vermelhos" (Palmares e elementos Jesuítas), como fonte de legitimação da política de nacionalização das colônias de estrangeiros, mas também, de ação de repressão aos grupos de esquerda (vermelhos).

Na verdade, o passado é fonte de legitimação, um passado reconstruído na narrativa. Aliás, o movimento literário de 1922, no qual Cassiano Ricardo tomou parte, pregava uma retornada dos elementos e valores da vida e da cultura nacional. A evolução do movimento no plano político marcou bem a divisão dos seus seguidores. Cassiano Ricardo foi dos que ficaram à direita. Na verdade, nem mesmo os que se formaram à esquerda ou à direita chegaram a constituir grupos inteiramente homogêneos (Plínio Salgado e Cassiano Ricardo, por exemplo), mas, de um modo geral, o "verdamearelismo" foi uma forma de expressão do nacionalismo, ideologia à qual me referi no capítulo II.

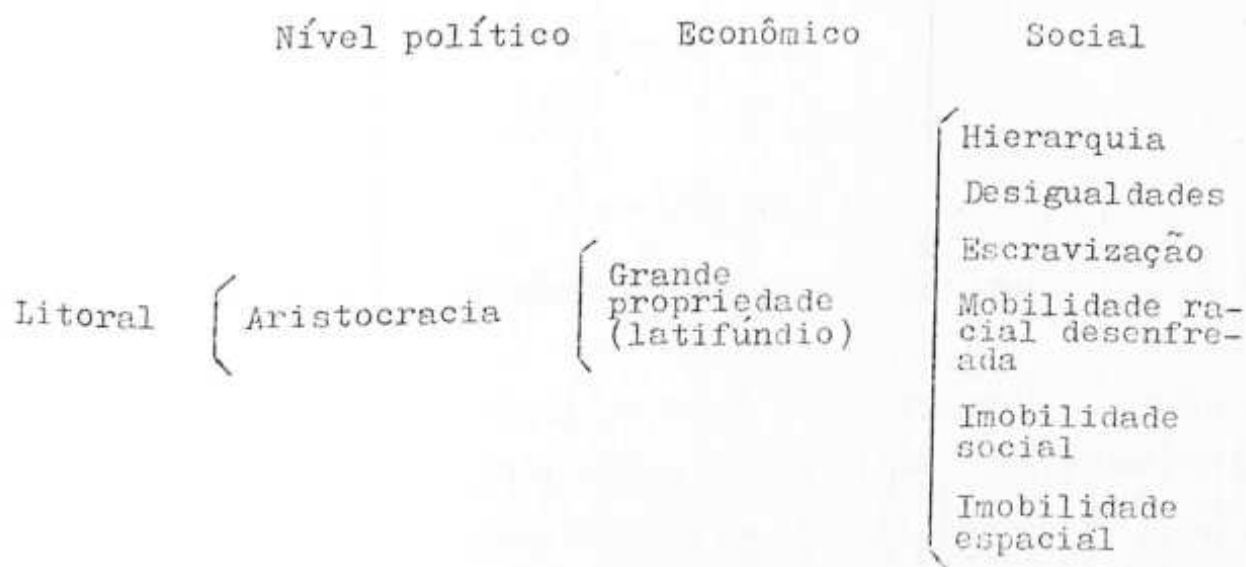
Na construção da narrativa, as categorias de espaço provêm o eixo fundamental de semantização do fato político. Espaço não como noção abstrata, mas como uma série de segmentos, não homogêneos, mas heterogêneos; não neutros, mas particuliarizados por atributos concretos e ligados a fatos (reais ou imaginários), ocorridos na "história" e, portanto, ligados a momentos do tempo e aos fatos ocorridos nestes momentos. Vimos como, no primeiro momento, quando se configura a oposição entre mundo externo e mundo interno, o "português", como colonizador, aparece como categoria de mediação; vimos também como esta categoria de mediação se desdobra em seguida para realizar uma nova síntese em que o "verdadeiro colonizador" (o do planalto), por oposição ao português que se fixou no litoral, é que realiza a nova mediação, criando uma cultura transformada - origem verdadeira da cultura nacional. Se considerarmos o mundo interno ("realidade física"), vere-

nos que aqui também se dá um desdobramento, de modo que podemos escrever:

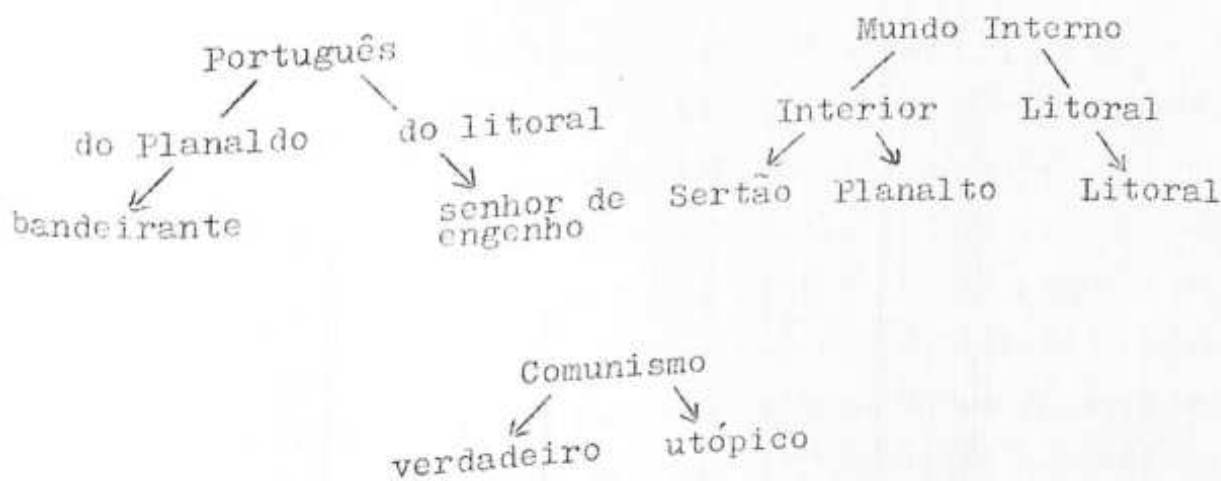
Mundo Interno	Espaço: Sertão	planalto	litoral
	Gr. humano: índio	bandeirante	senhor de engenho
	Não cultura ou natureza	cultura transformada	cultura contaminada pelo mundo ext.

Entre os pares de oposições, novas categorias provêm novos pontos de mediação: Planalto, Bandeirante = Cultura transformada. Daqui por diante estas categorias mediadoras serão o eixo de semantização do que é "nosso", nacional, legítimo. Por outro lado, às três subdivisões do espaço vão se associar, paulatinamente, todas as relações e ações referentes aos diversos níveis da vida social:

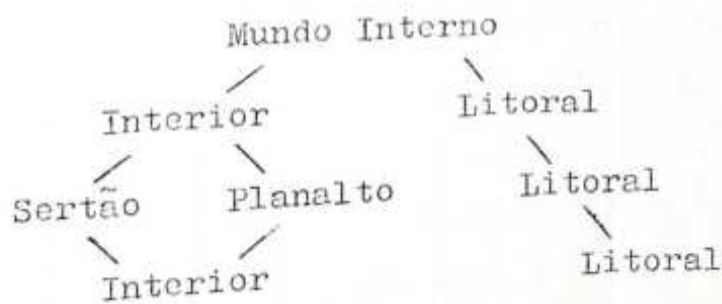
	Nível político	Econômico	Social
Sertão	Comunismo tribal ("verdadeiro")	<ul style="list-style-type: none"> Ausência de propriedade Igualdade econômica 	<ul style="list-style-type: none"> Ausência de hierarquia e desigualdades Hierarquia de cores Desigualdades
Planalto	Democracia	<ul style="list-style-type: none"> Pequena propriedade Desigualdade econômica Distribuição proporcional dos lucros 	<ul style="list-style-type: none"> Divisão de funções e cargos políticos Mobilidade social e racial



Mas, referira-me à operação de desdobramento de categorias:



O sistema classificatório pode operar, portanto, em diversos níveis, do mais geral ao mais particular, sendo sempre possível formar novos pares de oposições pela colocação em evidência de novos atributos que em níveis mais gerais tinham sido excluídos. O movimento inverso se faz com a mesma facilidade. Por exemplo: em certos momentos da narrativa, o espaço interno retorna à divisão bi-polar:



Esta retomada da dicotomia inicial pode expressar a idéia de integração (Sertão Planalto), semantizada espacialmente, mas associada a diversos níveis do social; por outro lado, no momento final (tempo presente), ela reforça a oposição Litoral/Interior: tudo que é externo, não "nosso", ilegítimo, fica referido ao Litoral (ponto de contaminação = desordem), e tudo que é "nosso" ao Interior (ponto de origem = ordem). Assim é que, se no quadro construído acima (pp. 75-6), quando aparece a tríade (Sertão/Planalto/Litoral), a Sertão se associa, ao nível político, comunismo tribal, como forma de organização primária. Mas, num momento posterior da narrativa, quando reaparece a impleta oposição (litoral/interior), afirma-se a superação do primarismo e a ameaça desintegradora que exercem as novas ideologias políticas (liberalismo, nazifascismo, comunismo utópico) que penetram pelo litoral.

Esta mesma dicotomia é acionada também para descrever a situação que se estabelece na ocasião da formação do Estado no Brasil, depois da Proclamação da Independência. Nessa transição, diz a narrativa que às cidades do litoral (por oposição às cidades do interior, fundadas pela Bandeira) coube a tarefa de elaboração do regime de Estado: por isso, o Império, e posteriormente a República, foram períodos de anar-

quia, pois as cidades do litoral estavam contaminadas pelas ideologias estrangeiras (Liberalismo da Revolução Francesa).

Com relação ao momento da fundação do Império o texto opera o recurso da repetição, para transmitir a mensagem: D. Pedro I fecha o Congresso - porque seus membros são parlamentares "palradores" e medíocres, o povo legitima a demonstração de força; D. Pedro I outorga uma Constituição que substituiu com vantagens a que tinha sido elaborada pelo Congresso - porque a dele era "duplicadamente liberal". D. Pedro I apresenta, portanto, uma tentativa de centralização do poder, utilizando recursos dos quais o Estado Novo se utilizaria mais tarde; ao mesmo tempo, reproduz, embora imperfeitamente, o modelo da República de Piratininga: governo forte.

Tudo que foi dito nos permite escrever uma grande equação:

$$\begin{aligned} & \frac{\text{Interior}}{\text{Litoral}} = \frac{\text{Mobilidade}}{\text{Estagnação}} = \frac{\text{Ordem}}{\text{Desordem}} = \frac{\text{Centralização}}{\text{Descentralização}} = \\ & = \frac{\text{Integração}}{\text{Desintegração}} = \frac{\text{Governo Forte}}{\text{Parlamentarismo}} = \frac{\text{Plebiscito}}{\text{Voto direto e Universal}} = \\ & = \frac{\text{Imprensa Controlada}}{\text{Imprensa Abjeta}} = \frac{\text{Pequena Propriedade}}{\text{Grande Propriedade}} = \frac{\text{Corporativismo Rudimentar}}{\text{Associações de Classe}} \end{aligned}$$

Portanto,
 Estado Novo $\left\{ \begin{array}{l} = \sum \text{ dos primeiros termos das oposições} \\ \neq \sum \text{ dos segundos termos das oposições} \end{array} \right.$

Mas, Estado Novo = Bandeira e Estado Novo = Democracia. A primeira equação já foi suficientemente demonstrada e seus termos suficientemente definidos pela própria analogia. Como, no entanto, definir Democracia e demonstrar a segunda equação?

Primeiro, como a Bandeira, a Democracia se define como o que é original = "nosso" por oposição ao que vem do mundo exterior; Democracia se opõe a todos os outros regimes políticos, embora possua caracteres essenciais comuns ao Fascismo, o que é explicitamente admitido no texto: "Está em moda hoje, o chefe de Estado sistema fascista, mas já o bandeirante encarnava o governo forte, com a diferença da originalidade que dispensa, para nós, a cópia do figurino romano. ... Institue-se agora a participação dos grupos profissionais no governo, mas isso já foi feito pela governança do planalto quando criou ela juizes de ofício e ensaiou, embora rudimentarmente, uma espécie de regimem corporativo..."

Mas, Democracia se define também como Natural = "vivo", determinado pela miscigenação biológica, pelo clima tropical (que iguala), pela geografia (espaço para todos), que se move e se adapta às condições do local e do momento ... por oposição a "ficcões" intelectuais, "sonhos" liberais, comunismo "utópico".

Mas, ao final, as categorias Litoral/Interior, colocadas em oposição, têm que ser reintegradas, pois fazem parte do território, base física do Estado Nacional; por isso "Marcha para Oeste" é uma imagem adequada e a evolução histórica

do País é descrita em fases e como um fluxo constante entre litoral e interior:

"Como uma onda que flue e reflue a sociedade está sempre partindo do litoral para o interior e voltando para o litoral, durante quatro séculos. 1. A primeira marcha, começada pela penetração agro-pastoril, e realizada pela Bandeira da conquista, trazendo, de volta, a geografia que é a moldura do nosso destino; 2. a segunda para a produção da riqueza (mineração) trazendo a Independência; 3. a terceira motivada pelo declínio dos clans rurais, pastoris e agrários, trazendo a República presidencialista; 4. a quarta é a que ora se inicia; o Brasil procurando as suas origens para poder vencer ideologias e imperialismos estrangeiros."

.....

Vejamos agora o discurso de Vargas.

O que se segue é a quase totalidade do mesmo, tendo sido feitos alguns cortes para facilitar a exposição.

"Senhores

É corrente dizer-se que só os países velhos têm história. ...; mas a verdade psicológica é outra: a História mostra-se tanto mais palpitante e sugestiva quanto mais próxima da nossa geração.

O passado do Brasil, ... é de ontem, e, ..., vive em nós com maior e mais afetiva realidade. Os povos jovens encontram exemplos de reconfortador heroísmo nas lutas pela conquista da terra, ...

Mato Grosso ocupa lugar destacado nos fastos da nossa formação. Quando os homens animosos da época do desbravamento se aventuraram à procura de terras e tesouros desconhecidos, aqui plantaram os marcos vitoriosos de uma nova civilização...

Nasceram, assim, ao impulso da aventura e dos rudes trabalhos, as vossas primeiras povoações, hoje cidades florescentes. Depois, amortecido o surto primitivo da conquista, da caça ao gentio, às gemas e metais preciosos, começou, verdadeiramente, vossa formação peculiar, amalgamada com elementos do Centro, do Sul e do Norte, ... Operava o meio uma seleção de valores. Os que resistiram e se fixaram são os ascendentes da população atual, progressista e enérgica, destemida e resistente.

Não se pode olhar o mapa do Brasil físico sem sentir uma profunda atração por estas regiões que foram o El-Dorado de sertanistas e desbravadores. Colocadas em pleno coração do Continente, ..., os próprios rios parecem determinar-lhe o papel de zona intermediária, predestinada a ligar os extremos do território brasileiro. ..., as caudais levam águas para o Sul e para o Norte e correm, ..., como caminhos providenciais. As densas matas ..., as pastagens..., o subsolo..., o clima... - tudo isso representa vasto patrimônio, que temos de valorizar pelo trabalho e pelo esforço comum.

O problema da ocupação econômica do nosso território é um postulado da própria criação do Estado Nacional. Estamos fazendo a estruturação dos núcleos básicos do nosso crescimento, não apenas ao longo da faixa marítima, mas abrangendo

a totalidade do país. E essa obra, que significa unir e entrelaçar as forças vivas da Nação, retomou o sentido dos paralelos e renovou o lema bandeirante da Marcha para o Oeste.

A minha visita a Mato Grosso, como a outras regiões centrais do Brasil, revela a ação essencialmente nacionalizadora do novo regime.

O vosso Estado deixou de ser, felizmente, terra esquecida, feudo eleitoral sem exigências e reduto de infundáveis rixas partidárias. ...

... o que mais nos preocupa no momento é a necessidade de estabelecer comunicações permanentes e seguras entre vossos centros de trabalho e os mercados do litoral. É por isso que, apesar de todas as dificuldades conhecidas, oriundas da guerra européia, continuamos a construir as estradas de ferro que, atravessando o Estado, irão alcançar a Bolívia e o Paraguai. ...

Com todas as suas possibilidades, o território mato-grossense está destinado a transformar-se, em futuro próximo, num centro poderoso de produção e distribuição de riqueza. ... alcançaremos, ..., ritmo idêntico ao das zonas mais adiantadas do país. ..., cumpre, nesta hora de reconstrução nacional, ..., ter fé, agir, sobrepor-se aos momentâneos desalentos e imprevistos, com a certeza de que os dias vindouros lhes proporcionarão a legítima recompensa de uma prosperidade sólida e duradoura.

Senhores:

Tendes à frente do Governo um administrador jovem e ativo, ... Colaborai com ele, ajudai-o de boa vontade, e pro-

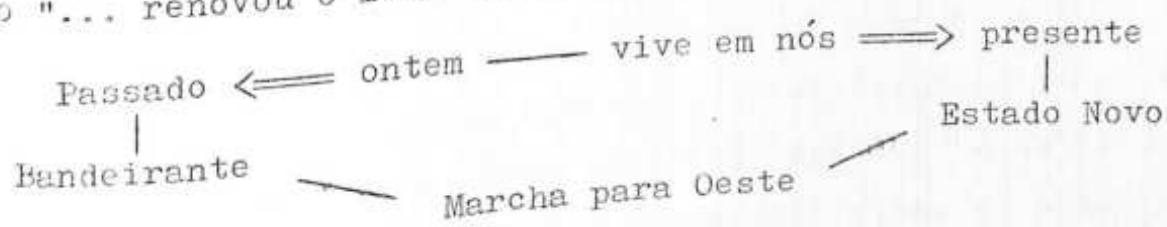
movereis o surto do vosso progresso.

Não posso deixar de experimentar certa emoção ao rever, ..., as paisagens que os meus olhos contemplaram quando estive entre vós, no cumprimento dos meus deveres militares, como simples soldado do glorioso Exército Nacional. ... Habituai-me a ver a Pátria como um todo, sem fronteiras internas, formando perfeita unidade moral e material. ..."

.....

Logo no início do discurso, um artifício para "anular" significativamente um período da história:

"O passado do Brasil, ... é de ontem, e, ..., vive em nós..."
 Passado e presente não se opõem, mas se superpõem: O Estado Novo "... renovou o lema bandeirante da Marcha para Oeste".



Como no texto de Cassiano Ricardo, o período que se interpõe entre o passado remoto e o presente, os fatos que ocorreram entre o movimento bandeirante e o Estado Novo, são associados a desvio e desorganização: Mato Grosso foi "lugar destacado nos fastos da nossa formação", "Eldorado de desbravadores", onde se plantaram os marcos de ...uma nova civilização" (Passado); depois... "reduto de infundáveis rixas partidárias", "terra esquecida" (Passado recente); finalmente, ... "zonas intermediária predestinada a ligar extremos do território

brasileiro" (Presente).

Por outro lado, parece que o discurso de Vargas completa uma imagem à qual me referi no Capítulo III, e que aparece também no texto de Cassiano Ricardo: o Presidente é um mediador; como o bandeirante, ele rompe os limites entre classes - de "simples soldado" a "administrador" à frente do governo; entre grupos diversos - se propõe a "...unir e entrelaçar as forças vivas da Nação,..." e a "...ver a Pátria como um todo, sem fronteiras internas, ...perfeita unidade moral..."; entre pontos geográficos - "...o que mais me preocupa ... é a necessidade de estabelecer comunicações entre vossos centros de trabalho (Interior) e os mercados do litoral."

Esta imagem de mediação é importante no momento em que se pretende construir a idéia de Presidente como personificação do Estado - fonte de poder acima de todos os grupos sociais. No texto de Cassiano Ricardo aparece o seguinte: "Assim, no bandeirismo delinea-se um tipo político especial. A autoridade envolve uma grande soma de poder 'pessoal'", e, em nota explicativa, "entre os 'mundang' a idéia de Estado está vinculada irremissivelmente ao próprio indivíduo que governa ..."

Finalmente, o discurso presidencial pode ser reescrito como uma "história" do Brasil:

Passado: Povo forte, luta pela conquista da terra - história palpitante e recente; busca de tesouro, caça ao índio; os bandeirantes são os agentes do desbravamento;

Passado recente: Não há integração - há núcleos isolados, re

duos de rixas partidárias;

Presente: Nova fase, luta pela ocupação econômica do território, preocupação de unir grupos e regiões; inicia-se a cooperação entre poderes públicos e particulares, entre o interior e o litoral: o Estado Nacional é o agente;

Futuro: Em termos programáticos a quarta fase será de Progresso, Pátria sem fronteiras, União.

CAPÍTULO V

CANG: A "TERRA DA PROMISSÃO"

1. A resposta do poder central à questão agrária

Nos capítulos anteriores procurei analisar os discursos da facção governante referentes ao tema colonização-imigração como meios simbólicos de veicular mensagens políticas. Entretanto, esses discursos têm também uma função informativa: referem-se aos problemas com os quais se deparou essa facção e às ações através das quais procurou solucioná-los.

Vimos que a questão agrária foi um dos temas discutidos no período e, em 1940, Vargas assim expressava sua preocupação a respeito: "...não pode haver anomalia tão perigosa quanto manter camponeses sem glebas...". "...é preciso aumentar a capacidade aquisitiva do trabalhador agrícola...".¹

Silo Meireles, funcionário da Fundação do Brasil Central, criada em 1943, fazendo um ataque ao latifúndio e perplexo diante do "nomadismo" das populações do interior, propôs a seguinte solução: "fixemos o homem à terra, mas proporcionando-lhe a posse efetiva de sua gleba, assistindo-o ma-

1. Discurso pronunciado em 1/5/1940, in Revista de Imigração e Colonização, Ano III, Conselho de Imigração e Colonização.

CAPÍTULO V

CANG: A "TERRA DA PROMISSÃO"

1. A resposta do poder central à questão agrária

Nos capítulos anteriores procurei analisar os discursos da facção governante referentes ao tema colonização-imigração como meios simbólicos de veicular mensagens políticas. Entretanto, esses discursos têm também uma função informativa: referem-se aos problemas com os quais se deparou essa facção e às ações através das quais procurou solucioná-los.

Vimos que a questão agrária foi um dos temas discutidos no período e, em 1940, Vargas assim expressava sua preocupação a respeito: "...não pode haver anomalia tão perigosa quanto manter camponeses sem glebas...". "...é preciso aumentar a capacidade aquisitiva do trabalhador agrícola...".¹ Silo Meireles, funcionário da Fundação do Brasil Central, criada em 1943, fazendo um ataque ao latifúndio e perplexo diante do "nomadismo" das populações do interior, propôs a seguinte solução: "Fixemos o homem à terra, mas proporcionando-lhe a posse efetiva de sua gleba, assistindo-o ma-

1. Discurso pronunciado em 1/5/1940, in Revista de Imigração e Colonização, Ano III, Conselho de Imigração e Colonização.

terial, técnica e culturalmente."²

Essas formulações são coerentes com os objetivos visados pela política de imigração e colonização expressos nos discursos analisados no capítulo III, ou seja, criação da pequena propriedade e integração econômica.

É verdade que nem sempre houve consenso entre os membros da própria facção governante quanto ao encaminhamento das soluções, mas as decisões finais do poder central tendiam a conciliar a necessidade de manter uma base de apoio popular (proletariado urbano e rural) e não ferir os interesses das classes em compromisso (burguesia industrial e anti-oligarquia agrária).

Com relação ao problema agrário, entre as soluções populares propostas naquela época (extinção do latifúndio e instituição do regime de exploração em termos de pequenas e médias propriedades, vs. concentração da propriedade agrária nas mãos de uma elite dirigente), o poder central, numa tática bonapartista, optou por medidas aparentemente conciliatórias, visando à manutenção do status quo através do deslocamento dos "excedentes" e "sem terra" para áreas não contesta

2. Meireles, Silo - Brasil Central - Notas e Impressões -, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1960, p. 87. Silo Meireles era militar e foi correligionário de Luís Carlos Prestes em 1935. Depois rompeu com seu antigo líder e pronunciou-se publicamente contra a interpretação dada por Prestes aos acontecimentos. Em 1943 aceitou o convite de João Alberto para colaborar na Fundação do Brasil Central e em 1951 foi readmitido no serviço ativo do Exército do qual havia sido afastado por seu envolvimento político.

das pelos grupos dominantes (no setor agrário, os grandes proprietários).

Nesse sentido, a política de interiorização, propagada através do lema "Marcha para Oeste", foi uma tática semelhante à adotada, no que se refere ao setor urbano, com relação às leis trabalhistas e à organização dos sindicatos filiados ao Ministério da Agricultura. Na prática, a criação de colônias agrícolas, a construção de estradas, as expedições para contactar tribos indígenas e estudar as possibilidades de aproveitamento dos rios e outras reservas do interior, surtiram efeitos consideráveis quanto aos objetivos visados.

Vejamos como a legislação expressou essa opção nos decretos-lei de 1941 e 1942:

"Além dos núcleos coloniais ..., o Governo Federal, em colaboração com os Governos estaduais e municipais e todos os órgãos da administração pública federal e por intermédio do Ministério da Agricultura, promoverá a fundação e instalação de grandes Colônias Agrícolas Nacionais, as quais serão destinadas a receber e fixar, como proprietários rurais, cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres que revelem aptidão para os trabalhos agrícolas e excepcionalmente, agricultores estrangeiros."³

"A União, ..., promoverá, ..., a criação de núcleos coloniais agro-industriais, destinados a fomentar a prática racionalizada das indústrias agrícolas e contribuir para a estabilização da família rural, mediante a preparação de ambiente favorável."

3. Decreto-lei nº 3059, de 14 de fevereiro de 1941. Cf. Demóro, Luis - ob. cit., p. 204.

rável ao desenvolvimento e aperfeiçoamento das suas aptidões pelo combate ao desnível econômico."⁴

Além das regulamentações sobre escolha do local, seleção de colonos, administração e emancipação das colônias e núcleos coloniais, esses decretos baseavam-se em disposições vigentes desde 1930, quando se definiu que a política de imigração e colonização passaria a dar ênfase à orientação das migrações internas em detrimento da política que vinha sendo adotada, de estimular a vinda de imigrantes agricultores estrangeiros: "Os auxílios até agora dados nos núcleos coloniais aos imigrantes agricultores (estrangeiros) passarão a ser concedidos aos trabalhadores constituídos em família a que aludem os decretos..." (ou seja, trabalhadores nacionais). Esses auxílios seriam em forma de fornecimento gratuito de alimentação (nos três primeiros dias), medicamentos (no primeiro ano), serviços médicos (enquanto a colônia não fosse emancipada), algumas ferramentas de trabalho (pá, alvião, machado e foice), casa etc.; empréstimo de máquinas agrícolas (durante os seis primeiros meses); emprego remunerado nos serviços da colônia, na medida em que fosse necessário.⁵

Finalmente, em decreto-lei de 1945, ficou definido que: "Colonizar é promover a fixação do elemento humano ao solo, pelo aproveitamento econômico da região e a elevação do nível de vida, saúde, instrução e preparo técnico dos habitantes das zonas rurais."⁶

4. Decreto-lei nº 4504, de 22 de julho de 1942, Art. 1º. Id.
5. Decreto-lei nº 19482, de 12 de dezembro de 1930, Art. 7º. Id., p. 184.
6. Decreto-lei nº 7967, de 18 de setembro de 1945, Título III,

A partir de 1941, foram, portanto, criadas as seis grandes colônias agrícolas nacionais em terras devolutas do interior. Proporcionavam pequenas glebas de terra a lavradores procedentes dos pontos do País onde eram considerados excedentes. Os núcleos coloniais, também criados, tinham características um pouco diversas quanto ao tamanho da área que ocupavam (eram menores) e ao tipo de produção a que se dedicariam, mas propiciavam igualmente lotes de terra a lavradores pobres, de preferência brasileiros - pois tratava-se sobretudo de orientar as migrações internas e assim solucionar o problema de ocupação da mão-de-obra considerada excedente, afastando a ameaça que, de fato ou potencialmente, esse excedente representava.

Parece-me que essas foram as orientações principais que levaram à criação das colônias agrícolas em geral. A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) foi escolhida como caso referencial deste trabalho em virtude do fato de ter dado origem ao município de Ceres, localizado numa área do Brasil Central escolhida para estudo mais intensivo por parte da equipe de pesquisadores do "Projeto de Estudo comparativo do desenvolvimento regional" ao qual está ligada esta pesquisa.

2. "A colonização se faz, a estrada o homem é quem faz"

Antes mesmo da criação da CANG, Goiás já havia sido atingido por um surto migratório motivado por fatores extra-regionais, evidentemente, mas favorecido também por uma sé-

rie de transformações que se operaram no próprio Estado. Em 1933 foi decretada a fundação da cidade de Goiânia, sede da futura capital; em 1935, a Estrada de Ferro Goiás, partindo do Triângulo Mineiro, chegou a Anápolis, de onde as pessoas eram levadas para o norte e oeste num raio de 150 a 200 km: derrubavam-se matas, abriam-se estradas, fundavam-se povoados. A capital, que até então ficava na antiga zona decadente da mineração, mudou-se, afinal, em 1937.

Aos antigos fazendeiros de gado, anteriormente estabelecidos, vieram acrescentar-se, a leste da antiga zona de ocupação, pequenos lavradores que se localizaram sobretudo nas zonas de mata até então desprezadas. A CANG foi instalada justamente numa dessas zonas desocupadas e cobertas de floresta - a Mata do São Patrício, no Mato Grosso de Goiás, a uns 140 km de Anápolis.

Quando Leo Waibel esteve na região, por volta de 1947, a imigração ainda era intensa: "... a oeste e a noroeste de Anápolis estamos numa zona pioneira, numa área dinâmica de povoamento em expansão. Aqui, pode-se estudar e observar a chamada marcha para o oeste. ... vêm cerca de 80% do estado de Minas; os restantes 20% vêm de São Paulo, Bahia e outros estados."⁷

Segundo informações de pessoas que participaram diretamente dos trabalhos de instalação, a Colônia teria importante função como fonte de abastecimento de produtos agrícolas.

7. Waibel, Leo - "Uma viagem de reconhecimento ao sul de Goiás", in Capítulos de geografia tropical e do Brasil, Rio de Janeiro, IBGE, 1959, cap. 7.

Isso não implica em que em termos da política nacional os objetivos não fossem aqueles anteriormente referidos. Um dos agentes da colonização, funcionário dos órgãos federais, assim se expressou sobre tais objetivos: "Por colonização se deve entender a ocupação econômica de novas áreas. Muitas vezes, porém, a colonização tem tido por objetivo resolver problemas sociais, ou seja, esvaziar áreas de tensão. Ceres teve por objetivo absorver mão-de-obra que não encontrava emprego em Minas e São Paulo, mas foi também um caso de ocupação de área nova."⁸ Ainda um outro objetivo é mencionado: "O objetivo implícito no projeto de colonização era basicamente educativo: habituar o agricultor pobre brasileiro a técnicas racionais e intensivas."⁹ Há, portanto, uma superposição de objetivos.

Da instalação da Colônia foi encarregado o engenheiro agrônomo Bernardo Sayão, a quem coube também dirigir os trabalhos de abertura da estrada, de desmatamento, demarcação dos lotes e instalação do pessoal.¹⁰

-
8. Entrevista feita no Rio de Janeiro em 1970.
 9. Valverde, Orlando e Vergolino Dias, Catharina - A rodovia Belém-Brasília, Rio de Janeiro, IBGE, 1967, p. 269.
 10. Bernardo Sayão tornou-se uma figura legendária com algumas características semelhantes à do bandeirante: conhecido pela capacidade de comandar os trabalhos, pelo devotamento à abertura de estradas. Poucas pessoas contestaram-lhe estes méritos, mas algumas consideraram que não foi bom administrador. Mais adiante veremos que a colonização (fixação do pequeno proprietário da CANG) preocupava-o menos que a construção de estradas (integração do norte e do sul). Fala-se na sua luta com os obstáculos criados pela burocracia (que ele chamava "burrocracia")

Os trabalhos começaram em 1941. Em 1944, a rodovia entre a CANG e Anápolis já estava construída e 10 famílias instaladas; em 1946, já havia 1600 famílias (8000 pessoas) e já haviam sido construídos um almoxarifado, uma oficina mecânica, um hospital e uma serralha.

A área inicialmente doada pelo Estado à União era de 250.000 ha. De acordo com a lei, os lotes teriam de 20 a 25 ha e seriam doados gratuitamente a lavradores pobres, de preferência brasileiros, casados e com mais de 18 anos. Instrumentos, ferramentas e casas seriam fornecidos aos colonos. Estes não seriam imediatamente proprietários das terras, mas sim do que nelas produzissem; portanto, antes da expedição dos títulos definitivos, não poderiam vendê-las, hipotecá-las nem alugá-las, e estariam isentos de impostos. Deveriam dedi-

e, embora os informantes tenham procurado ressaltar sua honestidade, foram unânimes em afirmar que fazia as coisas a seu modo, sem dar muita atenção a recibos ou prestações de conta. Por sua conta, desviava as verbas para setores que julgava prioritários. Tal atitude deu margem à instauração de um inquérito para apurar irregularidades: em 1950 foi exonerado do cargo de administrador. Posteriormente, no entanto, o inquérito foi arquivado e, em 1954, candidatou-se a vice-governador de Goiás. Durante a campanha escreveu a um amigo: "... resolvi dedicar-me de corpo e alma, ... ao meu trabalho de rodovias pioneiras ..." (Cf. Araújo de Pina, Léa - Bernardo Sayão, meu pai, Goiás, Imprensa Universitária, 1964, p. 94.) Durante a presidência de Juscelino Kubitschek, foi nomeado diretor da NOVACAP. Morrer abrindo trechos da Belém-Brasília, quando um galho de árvore atingiu a barraca em que se encontrava. Em torno de sua morte construíram-se estórias: o corpo desapareceu..., foi pego pelos índios..., talvez não esteja morto....

car-se à agricultura, ficando proibida a criação de gado : donde o nome Ceres dado à sede da Colônia e, posteriormente, ao município. A prática da agricultura em pequenos lotes implicava na necessidade de transformação da técnica tradicionalmente usada: a agricultura migratória (por rotação de terras) deveria ser substituída pela agricultura permanente (rotação de culturas). Cada loteiro deveria ainda conservar 25% de sua gleba coberta pela mata e seria excluído aquele que não o fizesse.

Entretanto, muitas dessas prescrições não foram cumpridas à risca.

La área originalmente destinada à Colônia, apenas 106.000 ha foram realmente colocados à disposição do projeto.¹¹ Além disso, já existiam nessa área, ou foram posteriormente concedidos pelo Estado, direitos de terceiros - donde surgiram litígios e demandas e algumas propriedades de mais de 484 ha foram conservadas (aproximadamente cinco).¹²

Por outro lado, devido à "invasão" que se deu no início, e à demora nos trabalhos de demarcação, alguns lotes ficaram com 12 e até 7 ha: alguns imigrantes chegaram e se estabeleceram "à revelia", esperando a demarcação. Quando o loteamento atingiu a gleba em que se achavam localizados já haviam feito plantações e benfeitorias e se recusaram a mudar-se mesmo lhes tendo sido oferecidos lotes maiores.¹³ Segundo Leo Wai-

11. Relatório do administrador Datis Lima de Oliveira, de 14 de janeiro de 1952.

12. Valverde, Orlando e Vergolino Dias, Catharina - ob.cit., p. 297.

13. Cf. Relatório de Datis Lima de Oliveira, cit.

bel, em 1947 chegavam à Colônia, em média, trinta famílias por dia.¹⁴ Procediam de Minas (60%), de Goiás mesmo (20%), de São Paulo e do nordeste (20%). Vinham de trem, caminhão, e muitas vezes a pé, atraídas por notícias sobre a Colônia: terras novas, férteis e assistência, fizeram dela a "terra da promessa".¹⁵

A proibição de vender os lotes também teve eficácia limitada. Mesmo antes da emancipação, quando foram expedidos os títulos definitivos, era acionado um expediente segundo o qual os colonos entravam em acordo com novos requerentes que desistiriam de seu lote mediante o pagamento de uma certa quantia por parte do interessado que, então, entrava com seu pedido à administração. É difícil saber quantos realmente saíram, mas segundo um trabalho da ACAR, "Cerca de 52% dos agricultores que obtiveram lotes diretamente do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) permanecem nos seus lotes. Entretanto, a considerável parcela de 48% dos lotes já trocaram de proprietários."¹⁶ É possível que a evasão tenha sido maior, pois pela transação descrita, os novos requerentes continuavam obtendo seus lotes "diretamente do INIC". De qualquer modo, para uma verificação segura, seria preciso consultar o fichário da Colônia, que está incompleto por se ter uma parte extraviado quando o INIC passou seus encargos para a prefeitura, por ocasião da emancipação, em 1954.

14. Waibel, Leo - ob. cit.

15. Cf. Relatório de Datis Lima de Oliveira, cit.

16. Pelegrinni, Victor José - "A situação econômico-financeira das atividades agropecuárias do Município de Ceres", Ano agrícola, 1959/1960, p. 11 (ACAR-Goiás).

Leo Waibel previu que a evasão se daria devido à incapacidade dos colonos de se adaptarem à nova técnica de exploração da terra e pela possibilidade de, vendendo-a, conseguir mais e norte glebas maiores ou terras novas em que a técnica tradicional fosse viável.¹⁷ Parece ser esta a informação contida na declaração de um dos funcionários da colonização: "Os que têm condições ficam, os outros são deslocados. Em Ceres foi assim: os primeiros chegaram, derrubaram a mata enquanto vinha - que isso eles gostam de fazer - e depois foram embora."¹⁸

Na verdade, exigiria muito mais pesquisa saber em que circunstâncias os colonos abandonaram suas terras. Quanto aos motivos alegados, são ilustrativas as declarações de três informantes atualmente estabelecidos no município.

Um deles chegou com a família em 1946. Veio de Abaeté, Minas, porque "p'ra lá estava apertado". Antes havia vindo um tio. Este "pegou uma terra, tirou uma safra, mas a família adoeceu de febre maleita, então ele voltou". Naquela época, em que o tio veio, "remédio, sal, açúcar, querosene, era difícil. Na nossa era tem mais conforto". Quando veio o informante, vieram mais três famílias no caminhão frotado por um tio. O pai "tirou direito de ficha da Colônia - vendeu o direito três anos depois: tomava álcool, estava devendo no armazém". Todas as outras famílias também venderam e foram embora: uma está perto de Goianésia, outra em Corumbá, e outra foi para o norte. A família do informante foi trabalhar

17. Waibel, L. - ob. cit.

18. Entrevista feita no Rio de Janeiro em 1970.

no arrendo e hoje ele vive numa vila da cidade "tocando lavoura" como meeiro, diarista, ou fazendo biscates em construções urbanas.

Outro informante, que também mora na cidade, se mostra muito revoltado: diz que trabalhou muito na Colônia e não tem nada. Quando chegou com Sayão, em 1942, tinha apenas 15 anos e não podia requerer terra. Por isso ficou trabalhando como servente de pedreiro no hospital da Colônia. Mais tarde pegou a alq: casou para conseguir terra - "a terra era ruim, eu vendi, mas a mulher é boa". Hoje trabalha na meia e diária, não gosta de ser agregado.¹⁹

O terceiro caso é de um atual atravessador de arroz estabelecido num dos povoados do município. A família veio de Tiros de Minas, em 1947. Recebeu lote da Colônia, mas em 1959 vendeu e foi para Mato Grosso: "costumavam dizer que o Mato Grosso era melhor, que tinha mais terra". Depois voltou e não comprou mais terra. Hoje trabalha com a família da mulher na compra e venda de arroz.

Doença e falta de recursos médicos locais, incompetência e dificuldades financeiras, má qualidade da terra e procura de melhores condições, são na verdade explicações parciais da evasão. Se quase 50% assim procederam deve haver explicações mais gerais. Suponho que tais explicações devam ser encontradas ao nível da própria política adotada, do modo co

19. As terras de Ceres são consideradas como férteis de modo geral. O fato de este informante ter conseguido lote apenas no final da distribuição permite tomar sua explicação como provavelmente correta.

mo foi posta em prática, e mais diretamente, ao nível da comercialização e do fornecimento de crédito, por exemplo.

Quanto à assistência prestada para efetivar a fixação e elevação do padrão de vida dos colonos, é difícil saber o que realmente foi feito. Sabe-se que "Houve dificuldades no cumprimento das decisões legais: em 1948 a administração só havia construído 100 casas, todas de tijolos e cobertas de telhas (parece que não fez mais nenhuma por falta de verbas). ... A assistência técnica e material aos colonos sempre foi deficiente, em virtude da falta de pessoal qualificado e de verbas, na administração da Colônia."²⁰

Parece que, pelo menos em parte, essa deficiência se deveu à orientação que o administrador imprimiu à tarefa que lhe coube.

Pelas informações coletadas, Bernardo Sayão estava mais interessado em realizar um projeto viário que uniria o sul e o norte do País, chegando a Belém do Pará: "Sayão ... dizia que não veio para colonizar - Ceres era para servir de base para ligar o norte e o sul e conquistar a Amazônia". "Ele tinha o ideal pessoal da integração e usou o dinheiro da Colônia na construção de estradas. ... tinha sete milhões para serviço médico, estradas, colonização, escolas e máquinas para agricultura... lançou tudo nas estradas e chegou do São Patrício até Uruaçu. Também Rubiataba foi ligada à Colônia. Foi nessa primeira fase que correu o processo."

E o próprio Sayão explicava: "A colonização se faz, a

20. Valverde, O. e Vergolino Dias, C. - ob. cit.

estrada o homem é quem faz."²¹ Seu relatório, enviado ao diretor do DTC em 1947, confirma os depoimentos anteriormente mencionados. Refere-se extensamente a estradas já construídas e defende a idéia de uma ligação rodoviário-fluvial que daria acesso até o porto de Belém do Pará, substituindo, na exportação, os portos do sul. Propõe que, se não fosse possível conceder dotação especial para a estrada, se desviasse parte da verba destinada à construção das casas dos colonos. Mais adiante, no item referente a educação, diz que, de acordo com o programa, a educação primária já deveria ter sido atendida, mas os recursos tinham sido utilizados na abertura de estradas, em saúde e na industrialização.

Nesse ano, 2.850 famílias já haviam sido localizadas e cerca de 6 outras eram introduzidas diariamente na Colônia. Havia então um hospital com um médico e duas enfermeiras. A primeira escola rural estava por ser construída. Havia uma oficina mecânica, uma máquina de beneficiar arroz, e outras máquinas acionadas pelo locomóvel da serraria eram destinadas à forragem, moagem do milho etc. Começara a instalação de uma usina de açúcar, mas faltavam peças...²²

Em 1951, já havia 34 escolas com 2.700 alunos entre 6 e 15 anos, matriculados. Nesse ano, estavam regularmente instaladas 3.141 famílias num total de 18.631 pessoas, das quais apenas 4.600 eram alfabetizadas. Outras pessoas havia, cuja situação não estava devidamente regularizada, e o total da

21. Entrevistas feitas em Ceres, 1970.

22. Cf. Relatório de D. L. de Oliveira, cit.

população era calculado em mais de 35.000 habitantes.²³

Em 1952, a população já era de 36.672 habitantes. Das 7.819 crianças em idade escolar, 3.345 estavam matriculadas nas 40 escolas construídas. Segundo depoimento da filha do administrador, ela e a irmã foram "... as primeiras professoras nos acampamentos e nas escolas da sede da Colônia Agrícola." Vejamos como descreve as condições da escola: "... toda coberta de palha, sem paredes, área livre, sem portas nem janelas. Os bancos e carteiras eram feitos na oficina, bem rústicos."²⁴

No que se refere à instrução técnica, a situação era ainda mais precária: em 1953, com mais de 3.500 famílias instaladas, só havia um agrônomo que, praticamente, de acordo com o segundo administrador da Colônia, só podia fichar e regularizar a situação dos colonos.

A assistência através do fornecimento de sementes e doações ou empréstimos de instrumentos de trabalho continuava a ser feita: sementes de café, algodão, milho híbrido eram fornecidas gratuitamente ou a preços mais baixos; eram emprestados pulverizadores, polvilhadeira, extintores etc.

De qualquer modo, a qualidade da terra era boa e a produção era grande. Em 1952, Ceres era "o maior centro produtor do Brasil Central", justificando a fama de "terra da promessa." A produção estimativa dos principais produtos era a seguinte:²⁵

23. Id.

24. Araújo de Pina, Léa - ob. cit., p. 58.

25. Relatórios dos administradores Bernardo Sayão, de 13 de

<u>Produtos</u>	<u>Unidades</u>	<u>1947</u>	<u>1950</u>	<u>1951</u>	<u>1952</u>
arroz	sc.60k	220.000	420.596	362.642	277.920
milho	"	500.000	25.475	202.625	36.349
feijão	"	65.000	18.169	39.455	140.187
açúcar	"	5.000			
algodão	"	10.000	99.213	261.869	129.974
farinha	"	35.000		22.540	8.038
café	sc.100k		3.129.830	36.856.869	43.725(ton)
cana	k		6.436.918	35.272.961	20.088.783
mandioca	"				

A partir de 1950 nota-se uma queda na produção do arroz, que atualmente constitui a maior fonte de riqueza do município. Esta queda pode ser explicada em função do incentivo dado pela administração ao plantio do café e do algodão como nova fonte de riqueza econômica e também, como consta do relatório do segundo administrador, como tentativa de fixar o colono à terra pelo cultivo de lavouras anuais.

Quanto à industrialização, basicamente restrita ao beneficiamento do produto agrícola, foi deixada inteiramente à iniciativa particular. Os investidores neste setor vieram todos de fora a partir de 1948. Alguns se instalaram primeiro como comerciantes ou atravessadores (intermediários entre os produtores e os cerealistas) e a seguir montaram suas próprias máquinas. Em 1953 já havia 7 máquinas para beneficia-

agosto de 1947, e D. L. de Oliveira, cit.

mento de arroz, 1 para beneficiamento do milho, e 1 para beneficiamento do algodão.

Com o exame dessa situação tento apenas verificar qual a importância atribuída e quais os meios usados pelos agentes mais diretamente ligados à prática da colonização para fixação e elevação do nível de vida e instrução dos colonos.

A consideração da assistência prestada aos colonos é importante sob esse aspecto porque eles eram, segundo vários depoimentos, extremamente pobres, destituídos de recursos financeiros, culturais e mesmo de condições físicas para o trabalho que lhes estava destinado. Um dos auxiliares de Sayão assim se refere às condições iniciais dos imigrantes: "... a região era pestilenta e 95% das pessoas apanhou malária. Também não tinham higiene e a alimentação deles era ruim... Vieram pessoas sem nenhuma instrução, muitos refugiados."²⁶ O próprio Sayão se refere ao "estado de depauperamento moral e físico e extrema pobreza com que se apresentaram para a árdua tarefa de se tornarem pequenos sítiantes." Leo Waibel considerava que o estado físico e higiênico das famílias que chegavam à Colônia era geralmente "deplorável": atacados de males endêmicos "dão-me a impressão da escória de um povo." ... "para contrabalançar revelam-se otimistas e trabalhadores..." Considerando a dificuldade que teriam de se adaptar às novas técnicas, conclui: "A educação será o principal problema desta e de outras Colônias."²⁷

26. Entrevista em Ceres, 1970.

27. Waibel, L. - ob. cit.

3. Afinal, a colonização se fez...

A Colônia foi instalada num vale fértil, no Mato Grosso de Goiás, banhada pelos rios das Almas, Verde e São Patrício, e muitos córregos. Os lavradores vieram em grande número e a produção foi grande, de modo que em 1953 pôde emancipar-se e ser elevada à categoria de município com o nome de Ceres.

Ao aproximar-se pela estrada a impressão que se tem é das melhores: a terra toda coberta pela plantação viçosa. Entrando na cidade, no entanto, essa impressão desaparece. Estive lá nos meses de janeiro/fevereiro, quando o movimento na cidade é pequeno: a maior parte da população pertence à área rural e é época de cuidar da lavoura, e sendo férias escolares o movimento diminui ainda mais. Há apenas um cinema na cidade, em condições muito precárias; há também um salão de festas onde se fazem ocasionalmente reuniões do Lions e comemorações cívicas. A cidade não tem atrativos turísticos, nem clubes recreativos. Há dois hotéis em condições semelhantes às do cinema e algumas pensões. Nestas pensões ou nas proximidades da Rodoviária costumam ficar os "volantes" - trabalhadores que os encarregados de fazendas dos municípios vizinhos vêm apanhar para os trabalhos da lavoura.

Dizia-se, no entanto, que a cidade e as estradas se movimentam e se enchem com os carros dos cerealistas e compradores de cereais que vêm comerciar nos meses de junho e julho, época da safra.

Em 1970 as ruas ainda não tinham calçamento e as chuvas

abriam valetas que tornavam o trânsito difícil, mesmo no centro. As estradas que ligam a sede aos povoados da zona rural tornavam-se muitas vezes totalmente impraticáveis. Não havia rede de esgotos nem água encanada, e a eletrificação, restrita à sede, era deficiente.

No entanto, o município é densamente povoado: pelo censo de 1968 são 67.352 hab. dos quais 13.383 na zona urbana e 53.970 na zona rural, numa área total de 838 km².²⁸

Quanto à produção agrícola Ceres esteve nos anos de 1967 e 1968 entre os dez maiores produtores de três dos quatro principais produtos agrícolas do estado, ou seja, arroz, milho e algodão, com respectivamente 625.000, 300.000 e..... 32.000 sc.²⁹ Se compararmos esta produção com a de anos anteriores, veremos que o cultivo do arroz é mais estável, atingindo nos anos recentes quantidades nunca alcançadas pelos demais produtos. Segundo um trabalho realizado pela ACAR, as lavouras de algodão e milho "são anti-econômicas nas condições atuais," seja por questão de técnica de produção, seja por dificuldade de colocação no mercado.³⁰

Já que se fez referência à inadequação da técnica, é bom ter em mente que, apesar de a produção ser relativamente grande, os pequenos produtores não tiveram condições de rein

28. Plano de ação do governo Otávio Lage de Siqueira - 1868/1870. Departamento Editorial da Cannes Publicidade Ltda., 1968.

29. Cassimiro, Maria do Rosário; Braz, Manoel e Leite Vieira, G. - Araguaia. Análise preliminar para uma diagnose do estado de Goiás, Goiânia, 1971.

30. Pelegrinni, Victor José - ob. cit., p. 15.

vestir, melhorando o seu padrão de produção e, se já fazem rotação de culturas, em termos de mecanização, o progresso foi praticamente nulo, constatando-se hoje uma concentração dos instrumentos de trabalho nas mãos de poucos. Segundo um trabalho da ACAR, referente ao período 1971/1972, num total de 230 propriedades estudadas em seis povoados constatou-se a existência de 5 tratores, 172 arados, 43 plantadeiras, 58 cultivadores e 0 colhedoras. Se atentarmos para o fato de que as áreas de ação da ACAR são selecionadas em função de certas condições positivas como facilidade de acesso, receptividade com relação à assistência, existência de alguma organização (escola, igreja), poderemos levantar a hipótese de que a situação seja mais precária noutras partes do município. Por outro lado, um informante profundamente conhecedor da zona rural do município declarou que cerca de 70% dos produtores usam arados de tração animal e de 20 a 25% utilizam tratores alugados.

Ainda no setor da produção, vale acrescentar algumas informações sobre as condições de crédito e comercialização.

Ceres dispõe de quatro agências bancárias que têm jurisdição também sobre municípios vizinhos. No Banco do Brasil informaram que os financiamentos em 1970 eram feitos à base de Cr\$720,00 por alqueire. Dos 1.800 contratos realizados pela carteira agrícola, 80% eram inferiores a Cr\$7.000,00, portanto, empréstimos feitos a proprietários de 10 alqueires e menos. Pois bem, em dinheiro, a soma destes 80% era equivalente aos 20% restantes - empréstimos concedidos aos proprietários maiores. Do ponto de vista do Banco, como empresa lu-

crativa, isto é muito lógico, pois tem interesse em dispendar menos trabalho, fazendo menor número de financiamentos maiores.

Segundo o informante, os Cr\$3.500,00 fornecidos ao proprietário de 5 alq. de terra são insuficientes: na verdade gasta Cr\$4.000,00. Recorre a empréstimos de particulares com juros muito altos ou reduz drasticamente o consumo e mesmo a área de terra que havia proposto cultivar. Por isso, quando chega a ocasião da safra já está endividado: tem que vender o produto imediatamente e, algumas vezes, mesmo antes da colheita. Acontece que a diferença do preço é muito grande conforme a época do ano e uma das condições de lucro mais evidentes é a possibilidade de armazenar e esperar a alta. Há variações de um ano para outro, mas segundo as informações a alta de 1969 é representativa:

	<u>Julho</u>	<u>Dezembro</u>
arroz	Cr\$15,00 sc.	Cr\$28,00 sc.
feijão	Cr\$29,00 "	Cr\$100,00 "

O mecanismo da transação é complexo e eu não poderia explicá-lo, mas o fato é que devido aos seus recursos de transporte da mercadoria, disponibilidade de crédito e armazenamento, só o cerealista tem podido usufruir a vantagem desta variação cíclica do mercado.

A menção dessas dificuldades do pequeno proprietário remete à indagação sobre recursos legalmente admitidos pela política de colonização. Cooperativas agrícolas de colonização (de crédito, produção e comercialização) foram previstas por decreto em 1936, mas nenhuma iniciativa nesse sentido foi

pra frente; "cooperativa é a coisa pior do mundo: havia uma porção de arroz estocado e o que se deu foi que enquanto o não cooperado, grande produtor, podia sonegar imposto fazendo sair 15 sacas dizendo que tinha saído apenas uma, a cooperativa não tem jeito de sonegar nada. O arroz ficava estocado ... passava do prazo de venda, os produtores precisavam do dinheiro e nada..."; Em Ceres houve uma cooperativa mas não funcionou: "Quem conheceu foi o Sr. Fulano... talvez ele possa dar informações."; "Quando se falava em Cooperativa aqui... o pessoal corria."; "Nas Cooperativas de Ceres, infelizmente, faltou capacidade de relações públicas com o homem do campo: cuidaram sempre de servir aos interesses dos grandes proprietários."; "A cooperativa que houve por aqui era encabeçada por gente que queria só ganhar dinheiro, por isso não foi adiante. Apesar de que há o fato também de que os agricultores são analfabetos e ignorantes e não procuram por si organizar cooperativa. Poderia haver treinamento de funcionários do Banco para organizar uma Cooperativa. Poderia ser financiada a compra de um trator. Mas você conhece o extensionista da ACAR: que acha dele? O de Rubiataba conseguiu conosco 33 financiamentos este ano, e o daqui, só 3 ou 4. Mas o que precisava era acabar com o cerealista e para isto teria que ter armazenamento garantido e beneficiadora para o produtor."; "O IBRA nada fez neste sentido. (refere-se à comercialização) Não há sentido de cooperativismo: o INDA tem procurado fundar cooperativas, mas não tem conseguido. Seria um modo de substituir a atividade empresarial neste setor. Mas o jeito é mesmo deixar aos empresários..."

Essas explicações não podem ser tomadas como adequadas: são a manifestação do modo pelo qual algumas pessoas percebem o pequeno e o grande produtor, a relação entre eles e a cooperação como possibilidade de transformação da relação.

Primeiro, pequeno proprietário está associado a colono como categoria inclusiva e em alguns contextos, como neste, são identificadas. A inclusão que parece se dar (precisaria investigar melhor) dos grandes proprietários (donos de fazendas, grandes extensões de terra) com os cerealistas (donos das máquinas de beneficiamento e compradores da produção dos pequenos proprietários) expressa o fato de que estas atividades, embora distintas em si, estão na prática realizadas pelas mesmas pessoas - muitos dos beneficiadores começaram apenas trabalhando o produto adquirido aos pequenos proprietários e, posteriormente reinvestiram na compra de terras; nesse caso passaram ou não a beneficiar apenas o produto de suas próprias fazendas.

Assim podemos esquematizar as noções implicadas nessas categorias polares:

<u>Pequenos produtores</u>	<u>Grandes produtores</u>
(colonos e pequenos proprietários)	(cerealistas e grandes proprietários)
- agricultor	
- produtor	- (homem da cidade)
- homem do campo	- (culto ou sabido)
- mineirões bravos, de baixo nível cultural, analfabetos, ignorantes	
- incapaz de iniciativa pró-	- a quem fatalmente terá que

- | | |
|---|--|
| pria de organização, comu
nitarismo e cooperativismo | ser deixado o encargo da
produção |
| - incapaz de exercer atividade
de empresarial | - empresário |
| - passível de ser ludibriado | - capaz de sonegar impostos
(ludibriar) |
| - desconfiado ou desiludido | |

A primeira evidência é que a categoria pequeno produtor foi muito mais completamente definida pelos informantes. Isto se deve em parte ao fato de ser a associação cooperativa concebida como de interesse particular desta categoria por oposição aos interesses da outra, além do que pode ter influenciado o meu próprio interesse em investigar a situação da pequena propriedade com relação aos objetivos propostos pela política de colonização. Mas, essas categorias denunciam também o insucesso, pelo menos parcial, da colonização: mineiros bravos, ignorantes, analfabetos, incapazes de organização e atividade empresarial, são atributos que, 30 anos depois da instalação da Colônia, confirmam as primeiras impressões de Leo Waibel, Bernardo Sayão e outros a respeito dos colonos, negando o êxito na consecução dos objetivos de integrar culturalmente, educar e elevar o nível de vida dessa população.

Em outros contextos, os mesmos informantes ou outros referem-se aos grandes produtores como "turcos", "sírios", "riocos" ou, simplesmente, "os grandes". As duas primeiras noções são muito mais determinadas e exclusivas que as duas últimas, que podem incluir também o grupo dos médicos e farmacêuticos, cujos interesses econômicos não estão diretamente

vinculados à produção agrícola e que lograram êxito econômico. Por outro lado, se todas essas noções se opõem às noções implicadas na categoria de pequenos produtores, "patrão" e "dono de terra", ao serem aplicadas requerem uma particularização que os informantes fazem. Por exemplo, um ex-colono, que atualmente conjuga o trabalho em biscates na cidade com o trabalho de diarista e meeiro na lavoura, diz o seguinte: "Tem trabalho desde a primeira capina, em dezembro, até o fim de janeiro; depois vem o plantio do feijão, em fevereiro; depois a colheita do arroz e do milho; aí, não tem mais o que fazer ... Tem esses turcos: ficam bonzinhos para pegar o cereal do povo. Como é que eles (os pequenos produtores, que no caso são patrões) vão fazer? Devendo ao banco, com peão para pagar... Nunca trabalhei para gente que tem muitos alqueires; só os turcos é que têm muito..." Portanto, parece que o empregado (que no caso é um ex-colono) vê no pequeno produtor, mesmo que seja proprietário e patrão, um aliado seu por oposição ao grande produtor.

Embora todas as formulações citadas expressem uma percepção da relação como assimétrica e indesejável, algumas apresentam a transformação como impossível (o jeito é deixar aos empresários) e outras como difícil: não realizável a partir dos agentes que a compõem, mas sim da ação diretora de agentes supostamente não envolvidos (ACAR, funcionários do Banco).

Essas formulações certamente não dão conta das relações essenciais da situação e deste ponto de vista podem ser consideradas como visão parcial ou "deturpada", mas são de

algum modo expressão dessas relações essenciais que não chegam ao plano da consciência.³²

32. Cardoso, Fernando Henrique - Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962, pp. 282-283.

CONCLUSÃO

"Depois da Amazônia, não sei ..."

For certo, as representações da situação da antiga Colônia não são todas convergentes, primeiro, porque as pessoas ocupam posições diferentes no sistema e segundo porque as mesmas pessoas partilham sub-sistemas ideológicos diversos. Em algumas formulações as pequenas propriedades aparecem como obstáculo ao pleno desenvolvimento de Ceres: neste sentido devem ser extintas porque são improdutivas, seja pelo próprio fato de serem muito pequenas, seja por seus proprietários não terem a requerida capacidade empresarial. Os exemplos que se seguem são comentários feitos por grande proprietário, funcionários graduados de empresas de fornecimento de crédito e órgãos de colonização:

"Dever-se-ia fazer a seleção do agricultor segundo o critério de qualidades pessoais - capacidade de empreendimento e vontade de fazer agricultura. ... A seleção, afinal, tem sido natural: os que têm condições ficam, os outros são deslocados. Em Ceres foi assim..."; "os lotes são pequenos demais. Apesar de muita gente defender, a unidade pequena é pouco produtiva. Isto também, às vezes, se resolve naturalmente. Em Ceres, por exemplo, está havendo reaglutinação..."; "Se houvesse condições financeiras já haveria muitas compras. O município tem condições para 1500 propriedades e tem mais de

3000."; "... Assim teríamos o sindicato mais o Banco Regional de Brasília agindo em função do abastecimento de Brasília, criando a média e acabando com a pequena propriedade."; "Só as propriedades maiores é que deveriam ser mantidas. Ambulantes sempre há: eles vão se mudando para o norte à medida que as fazendas aumentam. É assim que chegam à Amazônia. Depois da Amazônia, não sei...".

Tais formulações referem-se, como as anteriores, à situação precária dos antigos colonos que não conseguiram substituir a produtividade inicial da terra nova por mecanização e processos técnicos adequados, reinvestindo nas propriedades o excedente de riqueza criado pelo seu trabalho. No entanto, as causas a que atribuem a situação, assim como a solução por eles proposta, estão limitadas pela ótica da livre concorrência e do lucro empresarial. A solução encontrada é contrária aos objetivos manifestos da política de colonização e imigração do Estado Novo: para aumentar a produtividade, propõe a extinção da pequena propriedade através da aglutinação. No entanto, é significativo que a interiorização, o deslocamento espacial, reapareça nessas formulações. Isto nos leva a levantar a hipótese de que, enquanto o País dispuser de fronteiras, de terras devolutas economicamente inviáveis para a grande empresa, a "marcha para oeste" continuará sendo um lema útil às classes dominantes que desse modo continuarão se eximindo de enfrentar a contradição essencial da agricultura capitalista, decorrente do processo de separação do trabalhador rural com relação ao objeto (a terra) e ao produto de seu trabalho, e de sua apropriação pelos não traba-

lhadores.

Deste ponto de vista, talvez nos seja possível compreender a atualidade da mitologia da marcha para oeste e integrar as análises feitas no último capítulo e nos anteriores: a função específica que desempenha em determinados períodos (como instrumento lógico de semantização da centralização anti-democrática do poder político durante o Estado Novo, por exemplo) diz respeito a 'contradições conjunturais,' enquanto a função permanente diz respeito à 'contradição essencial da agricultura capitalista. Por isso, talvez o limite dessa funcionalidade venha a coincidir com a ocupação definitiva do espaço territorial em moldes capitalistas.

O próprio Cassiano Ricardo, ao explicar o título de sua obra, já na primeira edição, assim se expressava: "Falo em 'marcha para Oeste' em lugar de 'marcha para o Oeste' e a minha intenção não é sutil como poderá parecer. Marcha para oeste indica apenas a direção, sem determinar a região que viria a ser conquistada pelo bandeirante." (p. XIX) Já na quarta edição, de 1970,¹ aborda o tema como questão atual: "Anuncia-se a nova marcha. É o Brasil organizado que, de novo começa a ser construída e que deverá ficar pronta em 1972, constitui nova fase do processo de integração nacional e, no sentido da marcha para oeste (darei agora o oeste) completará a definitiva conquista que o Brasil faz de si mesmo."

1. Ricardo, C. | Marcha para oeste - A influência da Bandeira na formação social e política do Brasil, 4a. ed., Rio de Janeiro, José Olympio Ed., 1970.

Para a nova região pioneira se deslocam agora os pequenos agricultores: "Inicia-se, desde logo, a criação de 30 núcleos colonizadores dotados de instalações indispensáveis à prestação de assistência técnica aos trabalhadores que para aí ocorrerão." (p. 648)

A Amazônia, como foco de atração dos deslocados, já aparece também no discurso dos informantes de Ceres, e coerentes com a visão de Cassiano Ricardo de que o tempo da "definitiva conquista" se aproxima, os vemos formular a indagação que pode ser também a nossa: "Depois da Amazônia, não sei..."

Na medida em que este trabalho tinha o objetivo de experimentar a eficácia de algumas proposições teóricas e metodológicas da antropologia estrutural no estudo de uma sociedade complexa, podemos concluir que:

1º) na medida em que as formulações ideológicas se fazem muitas vezes através de discursos míticos, a teoria e o método desenvolvidos tradicionalmente para análise de sistemas culturais das sociedades primitivas podem ser úteis ao estudo de fenômenos das sociedades atuais;

2º) uma vez que, quando se trata de sociedades atuais, a situação concreta dentro da qual se faz a transmissão e a recepção das mensagens entre grupos é plenamente acessível, deveríamos sempre tentar conjugar a análise semântica dos textos com a análise da prática social.

BIBLIOGRAFIA

- ALTHUSSER, Louis. "Ideologie et appareils ideologiques d'Etat" (notes pour une recherche). In La Pensée, juin, 1970.
- AMALIO, Jorge. Os ásperos tempos. São Paulo, Martins Ed., 1970.
- BARTHES, Roland. "Le mythe, aujourd'hui". In Mythologies, Paris, Éditions du Seuil, 1957.
- BASSANO, Leoncio. História sincera da República - de 1930 a 1960. São Paulo, Editora Edaglit, 1962.
- CARLOS, Fernando Henrique. Capitalismo e escravidão no Brasil meridional (o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul). São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962.
- DA MATTA, Roberto. "Edgar Allan Poe, o 'Bricoleur': um exercício em análise simbólica". Separata da Revista Alfa, nº 10. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, 1966.
- DEMORO, Luís. Coordenação de leis de imigração e colonização do Brasil. Rio de Janeiro, INIC - Departamento de Estudos e Planejamento, 1960.
- FAUSTO, Boris. "A revolução de 1930". In Brasil em perspectiva. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971.
- HARNECKER, Marta. Los conceptos elementales del materialismo histórico. México, Siglo Veintiuno Ed., 1971.
- LEACH, Edmond R.. Political systems of highland Burma. Boston, Beacon Press, 1968.
- LEACH, Edmond R.. Genesis as myth and other essays. London, Jonathan Cape Ed., 1969.

- LÉVI-STRAUSS, Claude. La pensée sauvage. Paris, Plon, 1961.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Anthropologie structurale. Paris, Plon, 1958.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. "Valemos nós mais que os selvagens?". In Mito e linguagem social. Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro Ltda., 1970.
- MARINI, Ruy Mauro. Subdesarrollo y revolución. México, Siglo Veintiuno Ed., 1969.
- MEIRELES, Silo. Brasil Central (notas e impressões). Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Ed., 1960.
- PINA, Léa Araújo de. Meu pai, Bernardo Sayão. Universidade Federal de Goiás, Imprensa Universitária, 1964.
- RICARDO, Cassiano. Marcha para oeste (a influência da Bandeira na formação social e política do Brasil). Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio Ed., 1940.
- SILVA, Hélio. 1935 - A revolta vermelha. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1969.
- SILVA, Hélio. Terrorismo em campo verde. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1971.
- SILVA, Hélio. 1937 - Todos os golpes se parecem. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1970.
- SILVA, Hélio. 1930 - A revolução traída. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1966.
- VALVERDE, Orlando e Dias, Catharina Vergolino. A rodovia Belém-Brasília. Rio de Janeiro, IBGE, 1967.
- VARGAS, Getúlio. A nova política do Brasil. Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio Ed., 1948.
- VERÓN, Eliseo. "Ideología y comunicación de masas: la semantización de la violencia política". In Lenguaje y comunicación.

WERFORD, Francisco C.. "Estado e massas no Brasil". In Revis
ta Civilização Brasileira, Ano I, nº 7. Rio de Janeiro,
Ed. Civilização Brasileira, 1966.

nicación social. Buenos Aires, Ediciones Nueva Vision,
1969.